

Poder Judiciário  
Justiça Federal  
Conselho da Justiça Federal – CJF  
Diretoria Executiva de Planejamento e de Orçamento - DP  
Secretaria de Planejamento e Orçamento – SPO  
Subsecretaria de Programação Orçamentária e Financeira - SUPRO  
Divisão de Contabilidade e Custos – DICOS

# **Demonstrações Contábeis**

## **Órgão 12000 – Justiça Federal**

### **2º Trimestre de 2023**



**Brasília (DF), 31 de julho de 2023**

## Sumário

Lista de Siglas .....	4
Apresentação .....	5
Base de Preparação das Demonstrações Contábeis .....	6
Declaração do Contador.....	7
Fatos Relevantes .....	8
1) Nota Técnica SPO/CJF nº 01/2022, de 2 de dezembro de 2022. ....	8
2) Precatórios e RPV cancelados e reincluídos.....	8
3) Lei nº 13.463, de 6 de julho de 2017.....	8
Demonstrações Contábeis .....	9
Balanço Patrimonial – BP .....	9
Demonstração das Variações Patrimoniais - DVP .....	10
Balanço Orçamentário – BO.....	12
Balanço Financeiro – BF .....	14
Demonstrações dos Fluxos de Caixa .....	15
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis.....	18
NOTA 1 - BP – ATIVO CIRCULANTE - Demais Créditos e Valores .....	18
NOTA 2 - BP – ATIVO NÃO CIRCULANTE - Demais Créditos e Valores .....	20
NOTA 3 - BP - ATIVO NÃO CIRCULANTE – Imobilizado – Bens Imóveis .....	21
NOTA 4 - BP – PASSIVO CIRCULANTE – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo.....	25
NOTA 5 - BP – PASSIVO CIRCULANTE – Provisões a Curto Prazo .....	27
NOTA 6 - BP – PASSIVO CIRCULANTE – Demais Obrigações a Curto Prazo .....	28
NOTA 7 - DVP – VPA/Transferências e Delegações Recebidas .....	29
NOTA 8 – Ganhos com Desincorporação de Passivos.....	31
NOTA 9 - DVP - VPA/Outras Variações Patrimoniais Aumentativas .....	32
NOTA 10 - DVP – VPD/Transferências e Delegações Concedidas .....	34
NOTA 11 - DVP – VPD/Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos.....	36
NOTA 12 - BO – RECEITAS CORRENTES - Indenizações, Restituições e Ressarcimentos .....	38
NOTA 13 - BO – DESPESAS CORRENTES .....	40
NOTA 14 - BF - INGRESSOS - Transferências Financeiras Recebidas - Resultantes da Execução Orçamentária .....	41
NOTA 15 – BF – Transferências Financeiras Recebidas e Concedidas, Independentes da Execução Orçamentária .....	42
NOTA 16 - BF - INGRESSOS - Recebimentos Extraorçamentários – Arrecadação de Outra Unidade.....	43

NOTA 17 - BF - DISPÊNDIOS – Despesas Orçamentárias – Vinculadas.....	46
NOTA 18- BF - DISPÊNDIOS - Transferências Financeiras Concedidas – Resultantes da Execução Orçamentária .....	48
NOTA 19 – DFC – Geração Líquida e Equivalente de Caixa - por Atividade .....	49
NOTA 20 – DFC – Geração Líquida e Equivalente de Caixa .....	52
Referências.....	53

## **Lista de Siglas**

ADCT – Ato das Disposições Constitucionais e Transitórias

ADI – Ação Direta de Inconstitucionalidade

AH – Análise Horizontal

AV – Análise Vertical

BF – Balanço Financeiro

BGU – Balanço Geral da União

BO – Balanço Orçamentário

BP – Balanço Patrimonial

CCONT/STN – Coordenação Geral de Contabilidade

CFC – Conselho Federal de Contabilidade

CRC – Conselho Regional de Contabilidade

CJF – Conselho da Justiça Federal

DCJF – Demonstrações Contábeis da Justiça Federal

DCON - Demonstrações Contábeis Consolidadas

DFC – Demonstração dos Fluxos de Caixa

DOU – Diário Oficial da União

DVP – Demonstração das Variações Patrimoniais

JF – Justiça Federal

MCASP – Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público

NBCASP – Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público Conselho

RPV - Requisições de Pequeno Valor

SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

STN – Secretaria do Tesouro Nacional

TRF – Tribunal Regional Federal

## Apresentação

A Justiça Federal é composta pelo conjunto dos órgãos do Poder Judiciário cuja competência, prevista no art. 109 da Constituição Federal de 1988, é o julgamento de ações nas quais a União, suas autarquias, fundações e empresas públicas federais figurem como autoras ou rés, bem como intervenientes de qualquer natureza.

A Constituição de 1988 promoveu significativas modificações na estrutura da Justiça Federal, extinguindo o Tribunal Federal de Recursos e criando os cinco Tribunais Regionais Federais e o Conselho da Justiça Federal (Lei n. 11.798/2008).

Ressalta-se que em 21 de outubro de 2021 foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) a Lei nº 14.226/2021, que dispõe sobre a criação do Tribunal Regional Federal da 6ª Região (TRF-6), com sede em Belo Horizonte e jurisdição no estado de Minas Gerais, bem como modifica a composição do Conselho da Justiça Federal. O Tribunal Regional Federal da 6ª Região foi oficialmente instalado no dia 19 de agosto de 2022.

Cabe aos Tribunais Regionais Federais (art. 108 da CF/1988) processar e julgar os recursos provenientes das Seções Judiciárias a eles vinculados, bem como ações de sua competência originária (ações rescisórias, conflitos de competência, crimes cometidos por pessoas com prerrogativa de foro etc.). A própria Constituição Federal, no art. 27, § 6º, do ADCT, incumbiu-se de criar os cinco primeiros tribunais regionais federais, que passaram a ser em número de seis, desde a edição da Lei n. 14.226/2021. Regulamentando esse dispositivo, foi editada a Lei n. 7.727/1989, que estabeleceu a composição inicial de cada tribunal com alterações dadas pelas Leis n. 8.914/1994, 8.915/1994, 9.967/2000, 9.968/2000 e 14.253/2021.

Durante a década de 1990, a Justiça Federal de Primeira Instância sofreu enorme ampliação, com a criação de novas varas em todas as regiões. Nesse período, incrementou-se, também, o processo de interiorização desta Justiça, o que é, mais acentuadamente, levado a efeito com a edição da Lei n. 10.772/2003, que criou 183 novas varas. Ressalta-se que, com a Lei n. 8.251, de 24 de outubro de 1991, foram criadas as Seções Judiciárias do Tocantins, do Amapá e de Roraima.

O Conselho da Justiça Federal é o órgão central das atividades sistêmicas da Justiça Federal, cabendo-lhe a supervisão administrativa e orçamentária, com poderes correccionais, cujas decisões administrativas possuem caráter vinculante, e são de observância obrigatória por todas as unidades da Justiça Federal, conforme estabelece o art. 105, parágrafo único, inc. II, da Constituição Federal e no art. 3º da Lei n. 11.798/2008.

Nesse contexto, enquanto Setorial Contábil, o CJF é responsável pela análise das Demonstrações Contábeis da Justiça Federal (DCJF), onde são consolidadas as contas de todo o órgão 12000 – Justiça Federal. Destaca-se que as DCJF subsidiam a elaboração das Demonstrações Contábeis Consolidadas – DCON, as quais compõem o Balanço Geral da União – BGU.

## Base de Preparação das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis da Justiça Federal -DCJF são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001, e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem também as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP), do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual SIAFI.

Preparadas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), as DCJF consolidam a execução orçamentária, financeira e patrimonial das unidades gestoras (UGs) da Justiça Federal. Sendo assim, a elaboração das DCJF teve como subsídio as informações prestadas pelas setoriais regionais de contabilidade que compõem a estrutura da Justiça Federal.

No presente relatório estão evidenciadas as DCJF relativas ao 2º Trimestre de 2023. De acordo com o BGU, “embora não seja exigida pela legislação brasileira vigente, a divulgação trimestral das demonstrações representa um instrumento de transparência do Governo Federal” (BGU - 2º Trimestre/2017, p. 12).

As estruturas e a composição das DCJF estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras (doravante modelo PCASP) e são compostas por:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Balanço Orçamentário (BO);
- IV. Balanço Financeiro (BF);
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)

As DCJF trimestrais contemplam ainda Notas Explicativas, que, segundo definição do MCASP, são informações adicionais às constantes dos quadros dos demonstrativos contábeis e são consideradas parte integrante das demonstrações, tendo objetivo facilitar a compreensão das demonstrações contábeis a seus diversos usuários, devendo, portanto, serem claras, sintéticas e objetivas (STN, 2021).

A moeda de apresentação nas demonstrações contábeis é o Real.

A análise das DCJF materializa-se por meio da avaliação dos Balanços Patrimonial, Orçamentário e Financeiro, das Demonstrações das Variações Patrimoniais e da Demonstração dos Fluxos de Caixa, que são acompanhados das suas respectivas Notas Explicativas. Os demonstrativos foram extraídos do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) e sua análise foi complementada com auxílio do Tesouro Gerencial.

## **Declaração do Contador**

Esta declaração se refere às demonstrações contábeis e suas notas explicativas da Justiça Federal - Órgão 12000, referentes ao 2º Trimestre de 2023, refletindo a conformidade contábil, sendo pautada na Macrofunção 020315 – Conformidade Contábil presente no Manual SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal.

As demonstrações contábeis, Balanço Patrimonial, Demonstração de Variações Patrimoniais, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração dos Fluxos de Caixa e suas notas explicativas, referentes ao 2º Trimestre de 2023, estão, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a Lei 4.320/64, Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e Manual SIAFI.

Brasília-DF, 31 de julho de 2023

Danillo Teixeira de Souza  
CRC nº DF-020599/O  
Contador Responsável

## **Fatos Relevantes**

### **1) Nota Técnica SPO/CJF nº 01/2022, de 2 de dezembro de 2022.**

Em substituição à Nota Técnica SPO/CJF nº 001/2019, a Secretaria de Planejamento e Orçamento – SPO/CJF editou a Nota Técnica SPO/CJF nº 01/2022, que trata do Registro da Obrigação de Precatórios, RPV e Patronal do PSSS, com reflexos no Patrimônio da Entidade Devedora, em atendimento ao Acórdão 1331/2019 – TCU (TC 013.643/2019), o qual determina:

- a) a revisão dos procedimentos de registro do passivo relativo à sentença judicial transitada em julgado entre 03/04 e 31/12 que resulte em precatório;
- b) a revisão das orientações sobre os procedimentos de registro contábil dos precatórios quanto à reclassificação dessa obrigação do longo prazo para o curto prazo antes do encerramento do exercício.

### **2) Precatórios e RPV cancelados e reincluídos**

Para atender os Acórdãos do Tribunal de Contas da União, nº 1331/2019-Plenário e nº 1437/2020-Plenário, os quais determinaram a realização de ajustes nos procedimentos que impactam a contabilização dos Precatórios e Requisições de Pequeno Valor (RPV) cancelados e reincluídos, a Secretaria do Tesouro Nacional – STN desenvolveu rotina contábil para que os lançamentos tenham reflexo nas Demonstrações Contábeis da devida entidade, com equivalentes registros em contas de controle deste Órgão, a fim de evitar distorções nas informações.

Nesse sentido, o Conselho da Justiça Federal, como Órgão Central das atividades sistêmicas da Justiça Federal, orientou os Tribunais Regionais Federais quanto aos procedimentos necessários para a apuração e contabilização dos valores de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor (RPV) cancelados em razão do disposto no art. 2º da Lei nº 13.463/2017.

### **3) Lei nº 13.463, de 6 de julho de 2017**

A edição da Lei nº 13.463, de 6 de julho de 2017, que dispôs em seu art. 2º sobre o cancelamento de precatórios e RPV federais, cujos valores não tivessem sido levantados pelo credor e estivessem depositados há mais de 2 anos em instituição financeira oficial, teve grande impacto, desde a sua edição, nas Demonstrações Contábeis da Justiça Federal.

Em 30/06/2022, no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5755, o Supremo Tribunal Federal decidiu que o cancelamento de precatórios ou de requisições de pequeno valor (RPVs) não levantados pelo credor no período de dois anos, conforme previsto na Lei 14.463/2017, é inconstitucional.



## Demonstrações Contábeis

### Balço Patrimonial – BP

ATIVO	NE	2023	2022	PASSIVO	NE	2023	2022
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>		<b>2.696.971.421</b>	<b>2.344.484.097</b>	<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>		<b>1.559.302.243</b>	<b>2.704.873.554</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa		2.493.614.503	2.099.925.455	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	4	1.255.036.877	2.371.843.330
Créditos a Curto Prazo		135.883.351	183.163.006	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo		26.530.917	22.796.793
Demais Créditos e Valores	1	138.726.352	186.006.006	Obrigações Fiscais a Curto Prazo		4.074	804
(-) Ajustes para Perdas em Créditos a CP		-2.843.000	-2.843.000	Provisões a Curto Prazo	5	2.271.002	24.233.349
Investimentos e Aplicações Temporárias a CP		0	0	Demais Obrigações a Curto Prazo	6	275.459.372	285.999.278
Estoques		36.570.942	38.230.172				
VPDs Pagas Antecipadamente		30.902.624	23.165.465				
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>6.539.110.955</b>	<b>6.393.951.638</b>	<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>278.093</b>	<b>278.093</b>
Ativo Realizável a Longo Prazo		4.160.244	4.627.451	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de LP		0	
Créditos a Longo Prazo		4.160.244	4.627.451	Provisões a Longo Prazo		0	
Demais Créditos e Valores	2	4.160.244	4.627.451	Demais Obrigações a Longo Prazo		278.093	278.093
(-) Ajustes para Perdas em Créditos a LP		0	0				
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo		0	0				
Investimentos		9	9				
Imobilizado		6.357.382.321	6.213.248.465				
Bens Móveis		701.799.954	705.344.797				
Bens Móveis		1.534.682.387	1.499.385.967				
(-) Dep./Amort. Acm. de Bens Móveis		-832.882.433	-794.041.171				
Bens Imóveis		5.655.582.367	5.507.903.668				
Bens Imóveis	3	5.672.970.399	5.522.814.992				
(-) Dep./Amort. Acm. de Bens Imóveis		-17.388.032	-14.911.323				
Intangível		177.568.381	176.075.712				
				<b>TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL</b>		<b>1.559.580.336</b>	<b>2.705.151.647</b>
				<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>2023</b>	<b>2022</b>
				Demais Reservas		47.199	47.199
				Resultados Acumulados		7.676.454.841	6.033.236.888
				Resultado do Exercício		1.788.265.656	162756532
				Resultados de Exercícios Anteriores		6.033.236.888	6.114.584.830
				Ajustes de Exercícios Anteriores		-145.047.703	-244.104.473
				<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>7.676.502.040</b>	<b>6.033.284.088</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>9.236.082.376</b>	<b>8.738.435.735</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>9.236.082.376</b>	<b>8.738.435.735</b>

Fonte: Siafi Web

### Demonstração das Variações Patrimoniais - DVP

ESPECIFICAÇÃO	NE	2023	2022
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>		<b>123.978.258.092,12</b>	<b>49.434.028.454,88</b>
<b>Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria</b>		<b>72.200.880,40</b>	<b>61.474.619,91</b>
<b>Contribuições</b>		-	-
<b>Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos</b>		<b>82.066.543,25</b>	<b>80.309.847,20</b>
<b>Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras</b>		<b>131.386,20</b>	<b>37.301,87</b>
Juros e Encargos de Mora		88.712,55	31.116,86
Variações Monetárias e Cambiais		42.673,65	6.185,01
<b>Transferências e Delegações Recebidas</b>	<b>7</b>	<b>123.292.661.701,64</b>	<b>49.024.514.871,51</b>
Transferências Intragovernamentais		123.261.699.417,04	49.009.139.699,24
Transferências Intergovernamentais		10,64	5,32
Outras Transferências e Delegações Recebidas		30.962.273,96	15.375.166,95
<b>Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos</b>		<b>409.471.152,74</b>	<b>42.680.456,29</b>
Reavaliação de Ativos		297.237.760,15	21.127.879,01
Ganhos com Incorporação de Ativos		8.912.627,02	4.697.599,50
Ganhos com Desincorporação de Passivos	<b>8</b>	103.320.765,57	16.854.977,78
<b>Outras Variações Patrimoniais Aumentativas</b>	<b>9</b>	<b>121.726.427,89</b>	<b>225.011.358,10</b>
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas		-	404.113,47
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		121.726.427,89	224.607.244,63
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>		<b>122.189.992.435,80</b>	<b>47.603.632.782,97</b>
<b>Pessoal e Encargos</b>		<b>4.845.409.365,78</b>	<b>4.612.788.565,63</b>
Remuneração a Pessoal		3.868.642.803,98	3.662.270.794,19
Encargos Patronais		672.844.066,71	702.507.578,12
Benefícios a Pessoal		259.187.808,12	209.451.000,53
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		44.734.686,97	38.559.192,79
<b>Benefícios Previdenciários e Assistenciais</b>		<b>1.112.105.121,18</b>	<b>1.017.856.301,61</b>
Aposentadorias e Reformas		908.430.400,84	839.436.962,80
Pensões		159.812.741,16	150.230.800,43
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		43.861.979,18	28.188.538,38
<b>Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo</b>		<b>785.762.456,77</b>	<b>555.838.581,25</b>
Uso de Material de Consumo		16.257.997,42	12.185.846,48
Serviços		707.382.479,06	500.711.800,92
Depreciação, Amortização e Exaustão		62.121.980,29	42.940.933,85
<b>Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras</b>		<b>73.739,94</b>	<b>23.360,81</b>
Juros e Encargos de Mora		51.093,06	18.039,51
Descontos Financeiros Concedidos		22.646,88	5.321,30
<b>Transferências e Delegações Concedidas</b>	<b>10</b>	<b>82.243.654.144,49</b>	<b>32.584.917.568,18</b>

Transferências Intragovernamentais		82.226.646.129,43	32.581.386.914,19
Outras Transferências e Delegações Concedidas		17.008.015,06	3.530.653,99
<b>Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos</b>	<b>11</b>	<b>33.175.767.895,52</b>	<b>8.822.139.979,92</b>
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas		165.000.638,39	5.638.326,72
Perdas Involuntárias		444.983,19	636.984,96
Incorporação de Passivos		32.969.349.273,00	8.807.606.596,55
Desincorporação de Ativos		40.973.000,94	8.258.071,69
<b>Tributárias</b>		<b>25.392.373,81</b>	<b>6.903.343,53</b>
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		1.193.672,65	1.097.262,95
Contribuições		24.198.701,16	5.806.080,58
<b>Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados</b>		<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Outras Variações Patrimoniais Diminutivas</b>		<b>1.827.338,31</b>	<b>3.165.082,04</b>
Premiações		2.606,60	1.659,89
Incentivos		36.996,40	33.366,00
Constituição de Provisões		23.391,24	2.356.281,90
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		1.764.344,07	773.774,25
<b>RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO</b>		<b>1.788.265.656</b>	<b>1.830.395.672</b>

Fonte: Siafi Web

### Balanco Orçamentário – BO

RECEITAS	NE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES				50.601.041	50.601.041
Receitas Tributárias				50.540.407	50.540.407
Receitas de Contribuições					
Receita Patrimonial					
Receita Agropecuária					
Receita Industrial					
Receitas de Serviços					
Transferências Correntes				11	11
Outras Receitas Correntes				60.623	60.623
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais					
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	12			60.623	60.623
RECEITAS DE CAPITAL					
Operações de Crédito					
Alienação de Bens					
Amortização de Empréstimos					
Transferências de Capital					
Outras Receitas de Capital					
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					
<b>SUBTOTAL DE RECEITAS</b>				<b>50.601.041</b>	<b>50.601.041</b>
REFINANCIAMENTO					
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO</b>				<b>50.601.041</b>	<b>50.601.041</b>
<b>DEFICIT</b>				<b>42.807.215.428</b>	<b>42.807.215.428</b>

Fonte: Siafi Web

### Balço Orçamentário - B0

DESPESAS	NE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	<b>13</b>	15.065.771.604,00	15.044.541.462,00	42.427.097.357,44	39.208.384.596,19	39.038.480.943,00	(27.382.555.895)
Pessoal e Encargos Sociais		12.276.672.991,00	12.276.672.991,00	12.241.713.114,64	9.943.695.758,87	9.804.408.752,01	34.959.876
Juros e Encargos da Dívida							
Outras Despesas Correntes		2.789.098.613,00	2.767.868.471,00	30.185.384.242,80	29.264.688.837,32	29.234.072.190,99	(27.417.515.772)
DESPESAS DE CAPITAL		411.789.039,00	433.019.181,00	430.719.111,20	356.213.567,41	355.381.270,64	2.300.070
Investimentos		393.162.170,00	417.392.312,00	93.522.951,11	19.017.408,28	18.185.111,51	323.869.361
Inversões Financeiras		18.626.869,00	15.626.869,00	337.196.160,09	337.196.159,13	337.196.159,13	(321.569.291)
Amortização da Dívida							
RESERVA DE CONTINGÊNCIA							
RESERVA DO RPPS							
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS</b>		<b>15.477.560.643,00</b>	<b>15.477.560.643,00</b>	<b>42.857.816.468,64</b>	<b>39.564.598.163,60</b>	<b>39.393.862.213,64</b>	<b>(27.380.255.826)</b>
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO							
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO</b>			<b>15.477.560.643</b>	<b>42.857.816.469</b>	<b>39.564.598.164</b>	<b>39.393.862.214</b>	<b>(27.380.255.826)</b>
<b>TOTAL</b>		<b>15.477.560.643,00</b>	<b>15.477.560.643</b>	<b>42.857.816.469</b>	<b>39.564.598.164</b>	<b>39.393.862.214</b>	<b>(27.380.255.826)</b>

Fonte: Siafi Web

**Balanco Financeiro – BF**

INGRESSOS				DISPÊNDIOS			
ESPECIFICAÇÃO		2023	2022	ESPECIFICAÇÃO	NE	2023	2022
<b>Receitas Orçamentárias</b>		<b>50.601.040,74</b>	<b>79.707.824,24</b>	<b>Despesas Orçamentárias</b>		<b>42.857.816.468,64</b>	<b>17.456.631.615,66</b>
Ordinárias		-	-	Ordinárias		26.177.451.854,06	8.712.430.994,78
Vinculadas		51.451.179,49	86.649.688,71	Vinculadas	17	16.680.364.614,58	8.744.200.620,88
Educação		69.993,35	34.277.870,84	Seguridade Social (Exceto Previdência)		15.093.619.096,54	7.451.563.604,54
Previdência Social (RPPS)		-	-	Previdência Social (RPPS)		1.463.490.280,54	1.185.214.858,12
Alienação de Bens e Direitos			2.315,76	Outros Rec. Vinc. a Fundos, Órgãos e Programas		123.255.237,50	107.422.158,22
Outros Rec. Vinc. a Fundos, Órgãos e Programas		51.380.221,94	52.369.426,43				
Recursos a Classificar		964,20	75,68				
(-) Deduções da Receita Orçamentária		-850.138,75	-6.941.864,47				
<b>Transferências Financeiras Recebidas</b>		<b>123.261.699.417,04</b>	<b>49.009.139.699,24</b>	<b>Transferências Financeiras Concedidas</b>		<b>82.226.646.129,43</b>	<b>32.581.386.914,19</b>
Resultantes da Execução Orçamentária	14	119.353.558.527,67	45.731.392.705,86	Resultantes da Execução Orçamentária	18	79.378.949.826,14	30.276.231.213,29
Cota Recebida		40.008.141.089,12	15.572.029.891,53	Repasso Concedido		5.470.476,37	5.445.939,04
Repasso Recebido		1.167.756,54	844.876,64	Sub-repasso Concedido		79.330.014.367,88	30.158.302.624,95
Sub-repasso Recebido		79.330.014.367,88	30.158.302.624,95	Cota Devolvida		29.229.667,76	112.267.336,56
Sub-repasso Devolvido		14.235.314,13	215.312,74	Sub-repasso Devolvido		14.235.314,13	215.312,74
Independentes da Execução Orçamentária	15	3.908.140.889,37	3.277.746.993,38	Independentes da Execução Orçamentária	15	2.847.696.303,29	2.305.155.700,90
Transferências Recebidas para Pagamento de RP		3.895.109.612,91	2.665.467.122,59	Transferências Concedidas para Pagto de RP		2.560.894.714,90	1.907.453.253,73
Demais Transferências Recebidas		4.072.418,73	580.462.830,43	Demais Transferências Concedidas		2.923.139,42	3.212.087,58
Movimentação de Saldos Patrimoniais		8.958.857,73	31.817.040,36	Movimento de Saldos Patrimoniais		283.878.448,97	394.490.359,59
Aporte ao RPPS		-	-	Aporte ao RPPS		-	-
Aporte ao RGPS		-	-	Aporte ao RGPS		-	-
<b>Recebimentos Extraorçamentários</b>		<b>4.010.210.638,41</b>	<b>3.118.377.798,05</b>	<b>Pagamentos Extraorçamentários</b>		<b>1.844.359.450,40</b>	<b>1.303.910.390,83</b>
Inscrição dos Restos a Pagar Processados		170.735.949,96	40.033.012,64	Pagamento dos Restos a Pagar Processados		58.470.614,38	21.141.493,47
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados		3.293.218.305,04	2.546.448.825,04	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados		1.406.625.982,04	1.030.620.785,07
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		322.242.419,71	249.646.382,63	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		379.210.939,72	252.146.466,50
Outros Recebimentos Extraorçamentários		224.013.963,70	282.249.577,74	Outros Pagamentos Extraorçamentários		51.914,26	1.645,79
Ordens Banc. não Sacadas - Cartão de Pagamento		706.484,36	571.596,45	Valores Compensados		48.180,21	
Restituições a Pagar		44.799,19	6.269,26	Demais Pagamentos		3.734,05	1.645,79
Cancelamento de Obrig. do Exercício Anterior		10.565,77	547,99				
Arrecadação de Outra Unidade	16	223.252.114,38	281.557.359,32				
Valores para Compensação			113.804,72				
<b>Saldo do Exercício Anterior</b>		<b>2.099.925.455,25</b>	<b>1.838.632.972,18</b>	<b>Saldo para o Exercício Seguinte</b>		<b>2.493.614.502,97</b>	<b>2.703.929.373,03</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa		2.099.925.455,25	1.838.632.972,18	Caixa e Equivalentes de Caixa		2.493.614.502,97	2.703.929.373,03
<b>TOTAL</b>		<b>129.422.436.551,44</b>	<b>54.045.858.293,71</b>	<b>TOTAL</b>		<b>129.422.436.551,44</b>	<b>54.045.858.293,71</b>

Fonte: Siafi Web

## Demonstrações dos Fluxos de Caixa

ESPECIFICAÇÃO	NE	2023	2022
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>19</b>	<b>333.320.882,68</b>	<b>49.175.808,03</b>
<b>INGRESSOS</b>		<b>836.002.705,68</b>	<b>939.993.392,35</b>
<b>Receita Tributária</b>		<b>123.857.850.356,83</b>	<b>49.620.171.887,40</b>
<b>Receita de Contribuições</b>		<b>50.540.407,48</b>	<b>43.033.359,79</b>
<b>Receita Agropecuária</b>		-	-
<b>Receita Industrial</b>		-	-
<b>Receita de Serviços</b>		-	-
<b>Remuneração das Disponibilidades</b>		-	<b>42.688,00</b>
<b>Outras Receitas Derivadas e Originárias</b>		-	-
<b>Transferências Recebidas</b>		<b>60.622,62</b>	<b>36.631.771,13</b>
Intergovernamentais		10,64	5,32
Dos Estados e/ou Distrito Federal		-	-
Dos Municípios		-	-
Intragovernamentais		-	-
Outras Transferências Recebidas		10,64	-
<b>Outros Ingressos Operacionais</b>		-	<b>5,32</b>
Ingressos Extraorçamentários		123.807.249.316,09	49.540.464.063,16
Restituições a Pagar		322.242.419,71	249.646.382,63
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior		44.799,19	6.269,26
Transferências Financeiras Recebidas		10.565,77	547,99
Arrecadação de Outra Unidade		123.261.699.417,04	49.009.139.699,24
Valores para Compensação		223.252.114,38	281.557.359,32
<b>DESEMBOLSOS</b>			<b>113.804,72</b>
<b>Pessoal e Demais Despesas</b>		<b>-123.021.847.651,15</b>	<b>-48.680.178.495,05</b>
Legislativo		-39.646.092.846,11	-15.114.790.175,86
Judiciário		-	-
Essencial à Justiça		-4.723.379.948,44	-4.387.630.636,59
Administração		-154.017,96	-114.992,83
Defesa Nacional		-4.742,04	-7.897,96
Segurança Pública		-	-
Relações Exteriores		-	-
Assistência Social		-	-
Previdência Social		-	-

Saúde		-1.064.479.329,45	-988.863.200,04
Trabalho		-	-
Educação		-	-
Cultura		-	-
Direitos da Cidadania		-	-
Urbanismo		-	-
Habitação		-	-
Saneamento		-	-
Gestão Ambiental		-	-
Ciência e Tecnologia		-	-
Agricultura		-	-
Organização Agrária		-	-
Indústria	-	-	-
Comércio e Serviços	-	-	-
Comunicações		-	-
Energia		-	-
Transporte		-	-
Desporto e Lazer		-	-
Encargos Especiais		-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		-33.858.781.292,58	-9.738.745.044,89
<b>Juros e Encargos da Dívida</b>		<b>706.484,36</b>	<b>571.596,45</b>
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna		-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-	-
Outros Encargos da Dívida		-	-
<b>Transferências Concedidas</b>		-	-
Intergovernamentais		-769.845.821,63	-731.853.292,71
A Estados e/ou Distrito Federal		-	-
A Municípios		-	-
Intragovernamentais		-	-
Outras Transferências Concedidas		-769.845.821,63	-731.853.292,71
<b>Outros Desembolsos Operacionais</b>		-	-
Dispêndios Extraorçamentários		-82.605.908.983,41	-32.833.535.026,48
Transferências Financeiras Concedidas		-379.210.939,72	-252.146.466,50
Valores Compensados		-82.226.646.129,43	-32.581.386.914,19
Demais Pagamentos		-3.734,05	-1.645,79
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>19</b>	<b>-47.077.710,67</b>	<b>-23.069.103,76</b>
<b>INGRESSOS</b>		-	-
Alienação de Bens		-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		-	-
Outros Ingressos de Investimentos		-	-
<b>DESEMBOLSOS</b>		<b>-442.313.657,96</b>	<b>-74.696.991,50</b>



Aquisição de Ativo Não Circulante		-89.574.768,51	-65.002.390,86
Concessão de Empréstimos e Financiamentos		-	-
Outros Desembolsos de Investimentos		-352.738.889,45	-9.694.600,64
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>			
<b>INGRESSOS</b>		-	-
Operações de Crédito		-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Dependentes		-	-
Transferências de Capital Recebidas		-	-
Outros Ingressos de Financiamento		-	-
<b>DESEMBOLSOS</b>		-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida		-	-
Outros Desembolsos de Financiamento		-	-
<b>GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<b>393.689.047,72</b>	<b>865.296.400,85</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL</b>	<b>20</b>	<b>2.099.925.455,25</b>	<b>1.838.632.972,18</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL</b>		<b>2.493.614.502,97</b>	<b>2.703.929.373,03</b>

Fonte: Siafi Web

## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

### NOTA 1 - BP – ATIVO CIRCULANTE - Demais Créditos e Valores

ATIVO	2023	2022	AH	AV
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>2.696.971.421</b>	<b>2.344.484.097</b>	<b>15,03%</b>	<b>29,20%</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	2.493.614.503	2.099.925.455	18,75%	27,00%
Créditos a Curto Prazo	135.883.351	183.163.006	-25,81%	1,47%
Demais Créditos e Valores	138.726.352	186.006.006	-25,42%	1,50%
(-) Ajustes para Perdas em Créditos a Curto Prazo	-2.843.000	-2.843.000	0,00%	-0,03%
Investimentos e Aplicações Temporárias a CP	0	0	0,00%	0,00%
Estoques	36.570.942	38.230.172	-4,34%	0,40%
VPDs Pagas Antecipadamente	30.902.624	23.165.465	33,40%	0,33%
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>9.133.355.536</b>	<b>8.738.435.735</b>	<b>4,52%</b>	<b>100%</b>

Dentre as contas que compõem os “Demais Créditos e Valores”, destaca-se que a conta com valor mais representativo no 2º Trimestre de 2023 foi a de **Adiantamento – Termo de Execução Descentralizada**, respondendo por 48,6% do total, conforme abaixo:

DEMAIS CRÉDITOS E VALORES	VALOR (R\$)	%
Adiantamento - Termo de Execução Descentralizada	67.405.115,47	48,6%
Adiantamento Auxílio-Alimentação	25.692.600,54	18,5%
Salários e Ordenados - Pagamento Antecipado	13.192.464,09	9,5%
Créditos a Receber Decorrentes de Infrações Legais e Contratuais	10.046.979,08	7,2%
Créditos a Receber de Acerto Financeiro c/Servidor/Ex Servidor	8.625.101,64	6,2%
13º Salário - Adiantamento	5.001.104,48	3,6%
Adiantamento De Ferias	2.269.606,61	1,6%
Outros	6.493.379,69	4,7%
<b>TOTAL</b>	<b>138.726.352</b>	<b>100,0%</b>

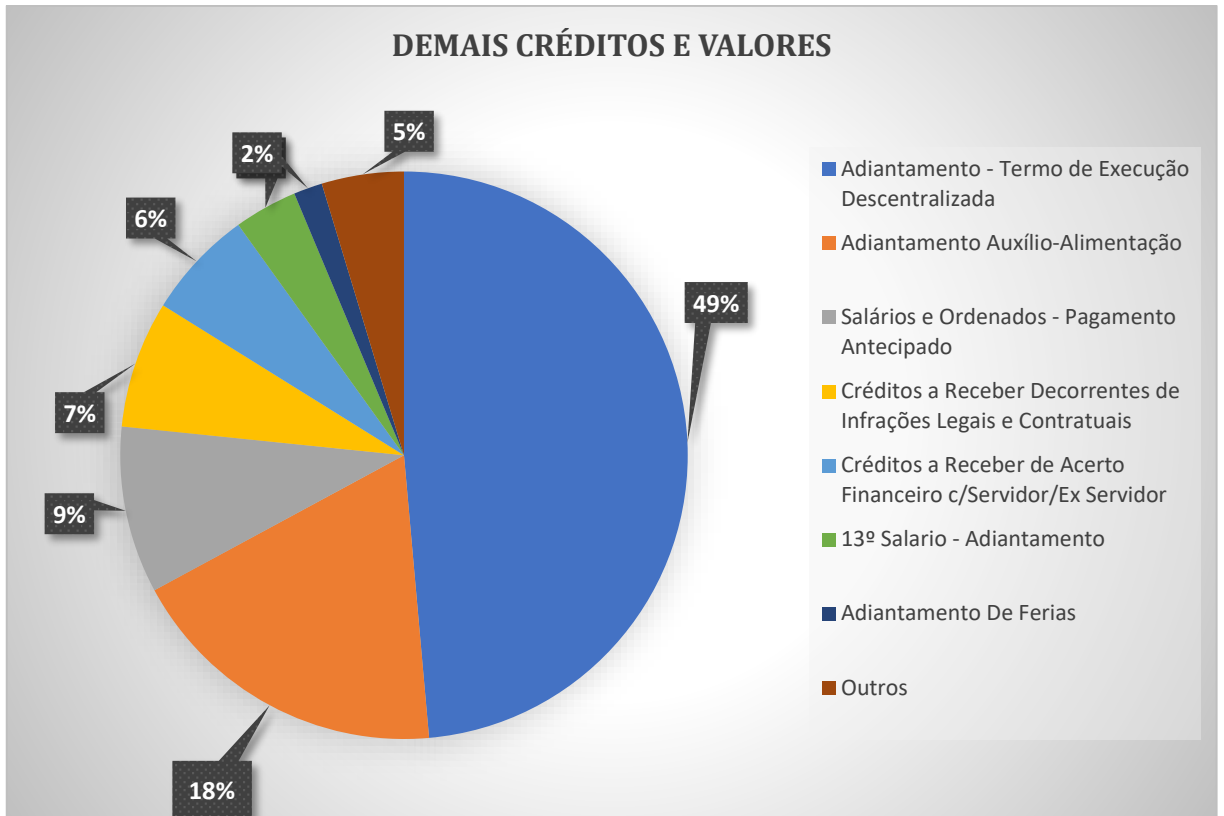


Gráfico 1

## NOTA 2 - BP – ATIVO NÃO CIRCULANTE - Demais Créditos e Valores

ATIVO	2023	2022	AH	AV
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>6.539.110.955</b>	<b>6.393.951.638</b>	<b>2,27%</b>	<b>70,80%</b>
Ativo Realizável a Longo Prazo	4.160.244	4.627.451	-10,10%	0,05%
Créditos a Longo Prazo	4.160.244	4.627.451	-10,10%	0,05%
Demais Créditos e Valores	4.160.244	4.627.451	-10,10%	0,05%
(-) Ajustes para Perdas em Créditos a LP	0	0	-	0,00%
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>9.236.082.376</b>	<b>8.738.435.735</b>	<b>5,69%</b>	<b>100%</b>

Dentre as contas que compõem “Demais Créditos e Valores”, destaca-se que a conta com valor mais representativo no 2º Trimestre de 2023 foi a de “Crédito por Concessão Direito Uso/Exploração”, respondendo por 54,57% do total de Créditos a Longo Prazo, seguida pela conta “Créditos a Receber Decorrentes de Infrações”, com 37,06%. As duas contas, juntas, respondem por 91,63% do total dos Créditos a Longo Prazo, conforme abaixo:

DEMAIS CRÉDITOS E VALORES	VALOR (R\$)	%
Crédito por Concessão Direito Uso/Exploração	2.270.226	54,57%
Créditos a Receber Decorrentes de Infrações	1.541.821	37,06%
Crédito a Receber por Acerto Financ C/Serv e Ex-Serv	185.057	4,45%
Adiantamentos Concedidos a Pessoal	130.365	3,13%
Indenizações e Restituições a Receber	32.775	0,79%
<b>TOTAL</b>	<b>4.160.244</b>	<b>100,00%</b>

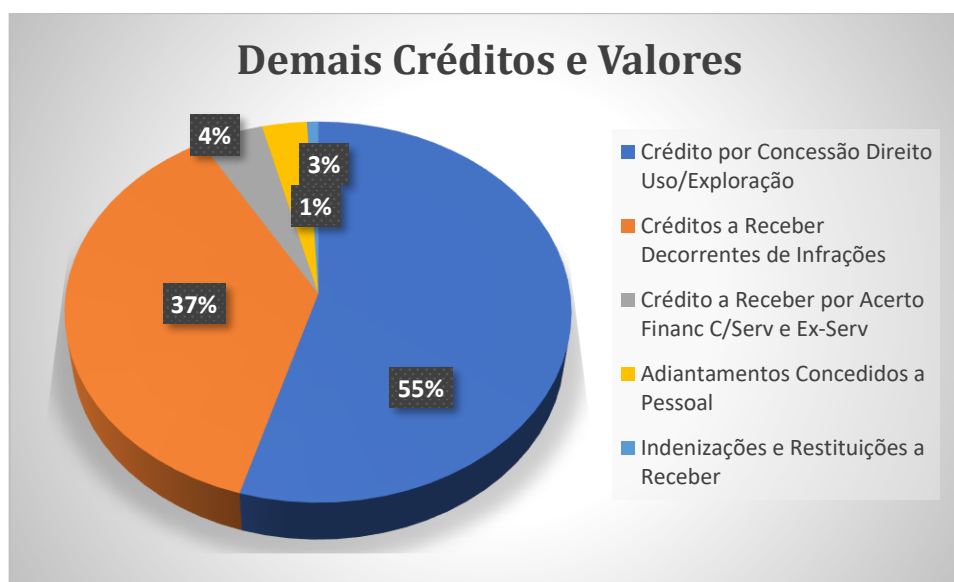


Gráfico 2

**NOTA 3 - BP - ATIVO NÃO CIRCULANTE – Imobilizado – Bens Imóveis**

ATIVO	2023	2022	AH	AV
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>6.539.110.955</b>	<b>6.393.951.638</b>	<b>2,27%</b>	<b>70,80%</b>
Imobilizado	6.357.382.321	6.213.248.465	2,32%	68,83%
Bens Móveis	701.799.954	705.344.797	-0,50%	7,60%
Bens Móveis	1.534.682.387	1.499.385.967	2,35%	16,62%
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-832.882.433	-794.041.171	4,89%	-9,02%
Bens Imóveis	5.655.582.367	5.507.903.668	2,68%	61,23%
Bens Imóveis	5.672.970.399	5.522.814.992	2,72%	61,42%
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-17.388.032	-14.911.323	16,61%	-0,19%

TOTAL DO ATIVO	9.236.082.376	8.738.435.735	5,69%	100,00%
----------------	---------------	---------------	-------	---------

O Imobilizado, que representa 97,22% do total do Ativo Não Circulante, é composto por 11,04% de Bens Móveis e 88,96% de Bens Imóveis, conforme demonstrado a seguir:

ATIVO NÃO CIRCULANTE	2023	AV
Ativo Realizável a Longo Prazo	4.160.244	0,06%
Investimentos	9	0,00%
Imobilizado	6.357.382.321	97,22%
Intangível	177.568.381	2,72%
<b>Total</b>	<b>6.539.110.955</b>	<b>100,00%</b>

IMOBILIZADO (Líquido de Depreciação Acumulada)	2023	%
Bens Móveis	701.799.954	11,04%
Bens Imóveis	5.655.582.367	88,96%
<b>TOTAL</b>	<b>6.357.382.321</b>	<b>100,00%</b>

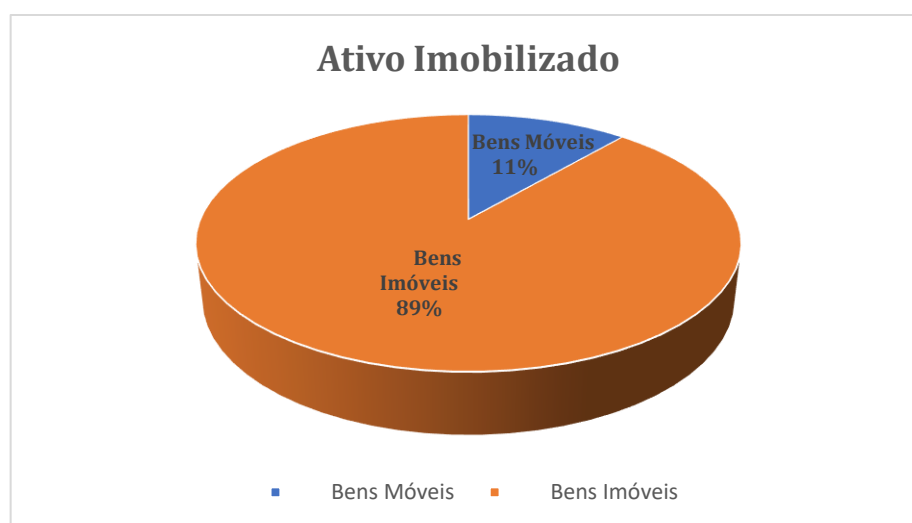


Gráfico 3

A Justiça Federal atualmente possui registrado um total bruto de R\$ 5.672.970.399,25 em Bens Imóveis. A maior concentração está em edifícios, conforme a seguir demonstrado:

BENS IMÓVEIS (valores brutos por conta)	2023	%
Edifícios	4.118.097.350,53	72,59%
Terrenos/Glebas	500.530.375,68	8,82%
Obras em Andamento	357.267.320,95	6,30%
Bens Imóveis a Classificar/Registrar	204.083.358,98	3,60%
Armazéns/Galpões	195.166.082,07	3,44%
Instalações/Salas	154.175.575,39	2,72%
Demais Imóveis	143.650.335,65	2,53%
<b>TOTAL DE BENS IMÓVEIS</b>	<b>5.672.970.399,25</b>	<b>100,00%</b>
<b>Depreciação Acumulada de Bens Imóveis</b>	<b>-17.388.032,28</b>	<b>-</b>
<b>TOTAL DE BENS IMÓVEIS (Valor líquido)</b>	<b>5.655.582.366,97</b>	<b>-</b>

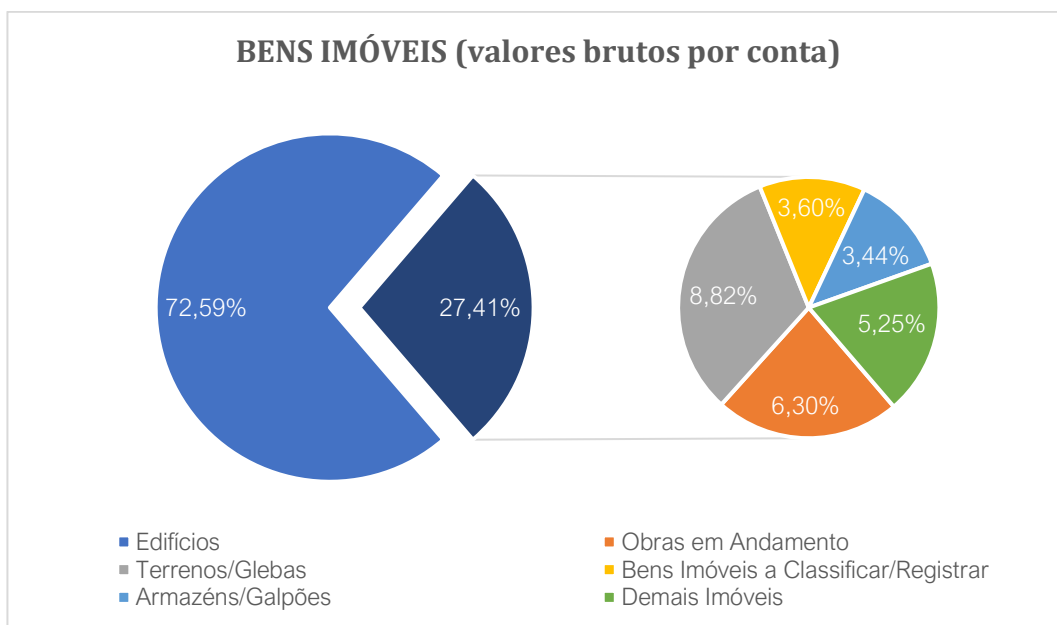


Gráfico 4

Outra possibilidade de visualizar a composição dos itens que compõem os Bens Imóveis da Justiça Federal, encontra-se no quadro a seguir:

Bens Imóveis (valores brutos por item)	2023	%
Bens de Uso Especial Registrados no Spiunet	4.967.498.277,07	87,56%
Bens Imóveis em Andamento	374.614.067,89	6,60%
Demais Bens Imóveis	204.083.358,98	3,60%
Instalações	83.274.747,84	1,47%
Bens de Uso Especial Não Registrados no Spiunet	35.442.643,78	0,62%
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	8.057.303,69	0,14%
<b>TOTAL DE BENS IMÓVEIS</b>	<b>5.672.970.399,25</b>	<b>100,00%</b>
<b>Depreciação Acumulada de Bens Imóveis</b>	<b>-17.388.032,28</b>	<b>-</b>
<b>TOTAL DE BENS IMÓVEIS (Valor líquido)</b>	<b>5.655.582.366,97</b>	<b>-</b>

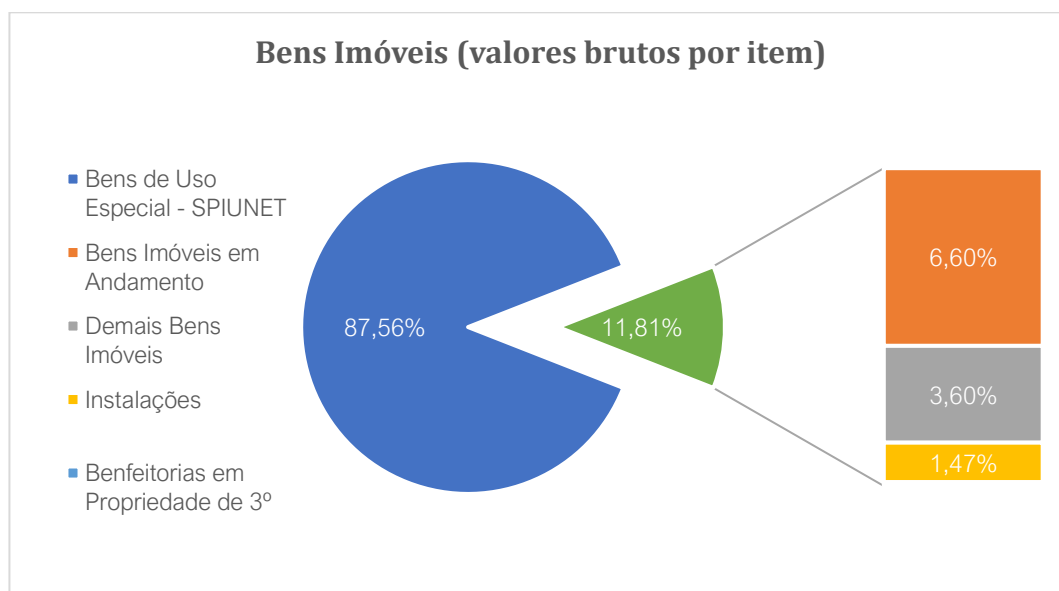


Gráfico 5

Do total de R\$ 4.118.097.350,53 que a Justiça Federal possui registrado em “Edifícios”, que corresponde a 72,59% do total dos Bens Imóveis, verifica-se que a 2ª Região concentra a maior parcela, seguida pela 4ª e 1ª Regiões, respectivamente, conforme abaixo:

EDIFÍCIOS (POR REGIÃO)	2022	%
2ª Região	951.430.702,25	23,10%
4ª Região	846.574.649,91	20,56%
1ª Região	836.058.420,90	20,30%
3ª Região	742.429.384,37	18,03%
5ª Região	448.706.343,09	10,90%
6ª Região	211.175.902,99	5,13%
Conselho da Justiça Federal	81.721.947,02	1,98%
<b>TOTAL DE EDIFÍCIOS</b>	<b>4.118.097.350,53</b>	<b>100,00%</b>

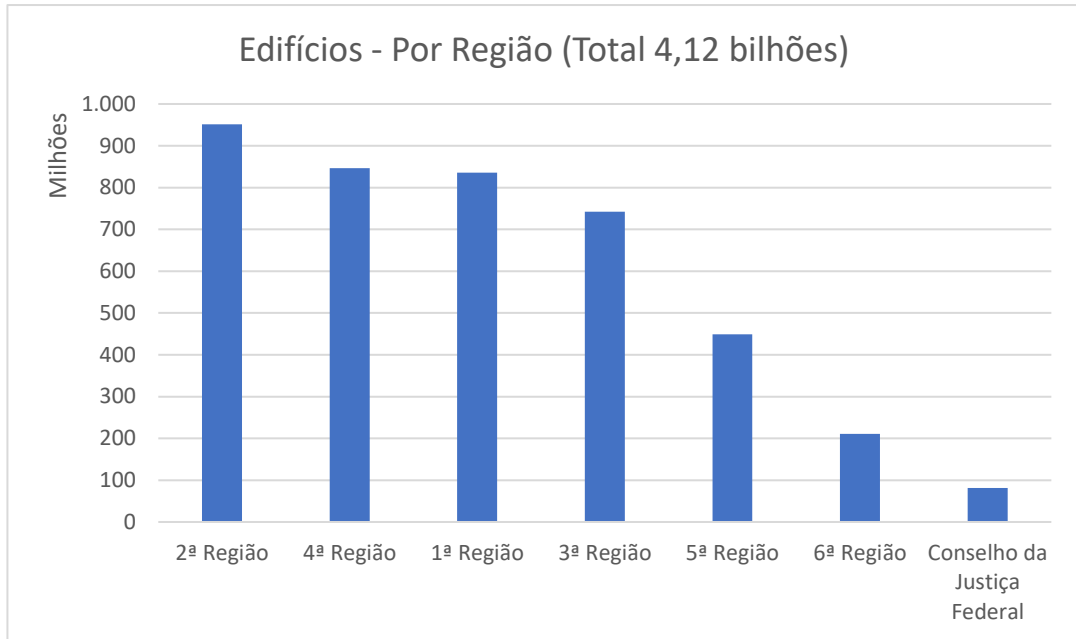


Gráfico 6



**NOTA 4 - BP – PASSIVO CIRCULANTE – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo**

PASSIVO	2023	2022	AH	AV
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>1.559.302.243</b>	<b>2.704.873.554</b>	-42,4%	16,88%
Obrig. Trab., Prev. e Assist. a Pagar a CP	1.255.036.877	2.371.843.330	-47,1%	13,59%
Fornec. e Contas a Pagar a Curto Prazo	26.530.917	22.796.793	16,4%	0,29%
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	4.074	804	-	0,00%
Provisões a Curto Prazo	2.271.002	24.233.349	-90,6%	0,02%
Demais Obrigações a Curto Prazo	275.459.372	285.999.278	-3,7%	2,98%

TOTAL DO PASSIVO	9.236.082.376	8.738.435.735	5,69%	100,00%
------------------	---------------	---------------	-------	---------

A variação negativa de 47,1% na conta “Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo” decorre dos pagamentos realizados no 2º Trimestre de 2023 referentes aos valores que haviam sido inscritos em Restos a Pagar relativos a Precatórios de Benefícios Previdenciários.

Verifica-se que o item “Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo” corresponde a 80,49% do total do Passivo Circulante da Justiça Federal, no 2º Trimestre de 2023, conforme a seguir demonstrado:

PASSIVO CIRCULANTE	2023	AV
Obrig. Trab., Prev. e Assist. a Pagar a CP	1.255.036.877	80,49%
Fornec. e Contas a Pagar a Curto Prazo	26.530.917	1,70%
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	4.074	0,00%
Provisões a Curto Prazo	2.271.002	0,15%
Demais Obrigações a Curto Prazo	275.459.372	17,67%
<b>Total</b>	<b>1.559.302.243</b>	<b>100,00%</b>

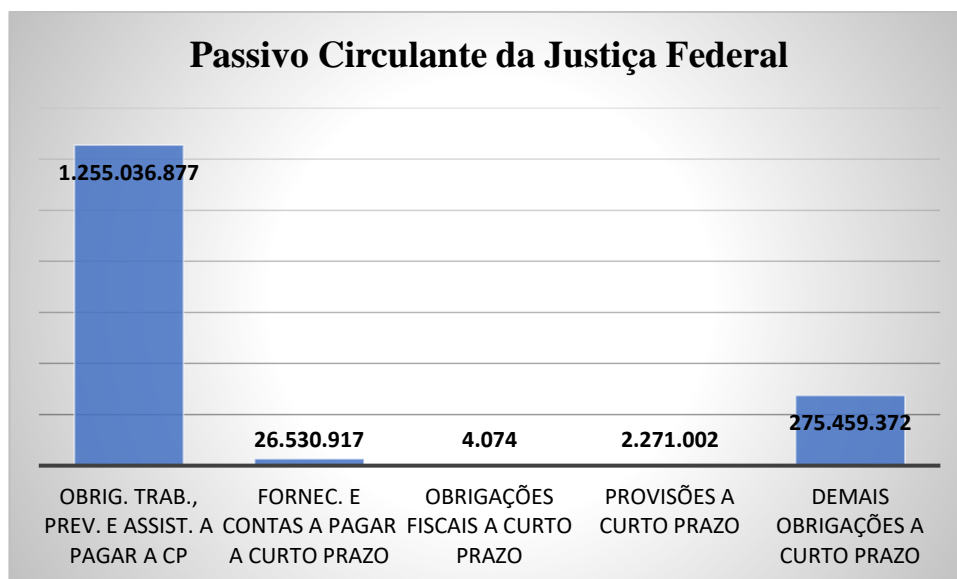


Gráfico 7

O item “Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo” está composto da seguinte maneira:

Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a CP	2022	%
Pessoal a Pagar	1.155.765.857,53	92,09%
Encargos Sociais a Pagar	97.039.699,61	7,73%
Benefícios Previdenciários a Pagar	2.208.210,83	0,18%
Benefícios Assistenciais a Pagar	23.108,79	0,00%
<b>Total</b>	<b>1.255.036.876,76</b>	<b>100,00%</b>

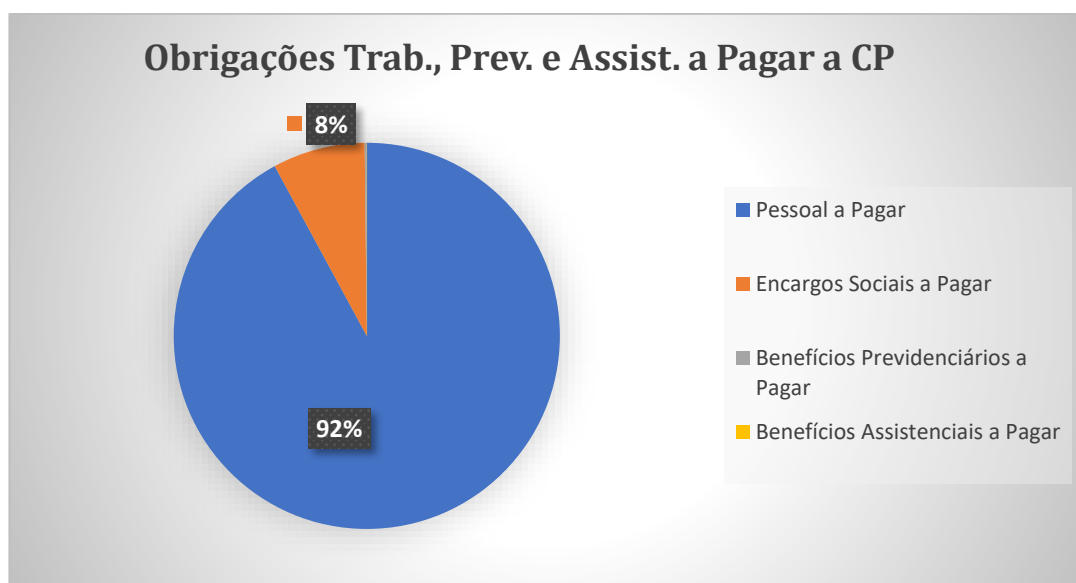


Gráfico 8

**NOTA 5 - BP – PASSIVO CIRCULANTE – Provisões a Curto Prazo**

PASSIVO	2023	2022	AH	AV
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>1.559.302.243</b>	<b>2.704.873.554</b>	-42,4%	16,88%
Obrig. Trab., Prev. e Assist. a Pagar a CP	1.255.036.877	2.371.843.330	-47,1%	13,59%
Fornec. e Contas a Pagar a Curto Prazo	26.530.917	22.796.793	16,4%	0,29%
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	4.074	804	-	0,00%
Provisões a Curto Prazo	2.271.002	24.233.349	-90,6%	0,02%
Demais Obrigações a Curto Prazo	275.459.372	285.999.278	-3,7%	2,98%
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>9.236.082.376</b>	<b>8.738.435.735</b>	<b>5,69%</b>	<b>100,00%</b>

PASSIVO CIRCULANTE	2023	AV
Obrig. Trab., Prev. e Assist. a Pagar a CP	1.255.036.877	80,49%
Fornec. e Contas a Pagar a Curto Prazo	26.530.917	1,70%
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	4.074	0,00%
Provisões a Curto Prazo	2.271.002	0,15%
Demais Obrigações a Curto Prazo	275.459.372	17,67%
<b>Total</b>	<b>1.559.302.243</b>	<b>100,00%</b>

Verifica-se que as Provisões a Curto Prazo representam 0,15% do total do Passivo Circulante. O valor corresponde a estimativas realizadas pelas unidades do TRF da 1ª Região (R\$ 1.698.246,39) e TRF da 6ª Região (R\$ 572.756,00) relativas à prestação de serviços médicos e odontológicos - AMOS PRÓ-SOCIAL, dos valores a pagar que serão empenhados no exercício de 2023.

**NOTA 6 - BP – PASSIVO CIRCULANTE – Demais Obrigações a Curto Prazo**

PASSIVO	2023	2022	AH	AV
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>1.559.302.243</b>	<b>2.704.873.554</b>	-42,4%	16,88%
Obrig. Trab., Prev. e Assist. a Pagar a CP	1.255.036.877	2.371.843.330	-47,1%	13,59%
Fornec. e Contas a Pagar a Curto Prazo	26.530.917	22.796.793	16,4%	0,29%
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	4.074	804	-	0,00%
Provisões a Curto Prazo	2.271.002	24.233.349	-90,6%	0,02%
Demais Obrigações a Curto Prazo	275.459.372	285.999.278	-3,7%	2,98%
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>9.236.082.376</b>	<b>8.738.435.735</b>	<b>5,69%</b>	<b>100,00%</b>

PASSIVO CIRCULANTE	2023	AV
Obrig. Trab., Prev. e Assist. a Pagar a CP	1.255.036.877	80,49%
Fornec. e Contas a Pagar a Curto Prazo	26.530.917	1,70%
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	4.074	0,00%
Provisões a Curto Prazo	2.271.002	0,15%
Demais Obrigações a Curto Prazo	275.459.372	17,67%
<b>Total</b>	<b>1.559.302.243</b>	<b>100,00%</b>

Verifica-se que o item “Demais Obrigações a Curto Prazo” corresponde a 17,67% do total do Passivo Circulante. O referido item está composto da forma a seguir demonstrada:

Demais Obrigações a Curto Prazo	2023	%
Valores Restituíveis	268.470.852,33	97,46%
Outras Obrigações a Curto Prazo	6.988.519,77	2,54%
<b>Total</b>	<b>275.459.372,10</b>	<b>100,00%</b>

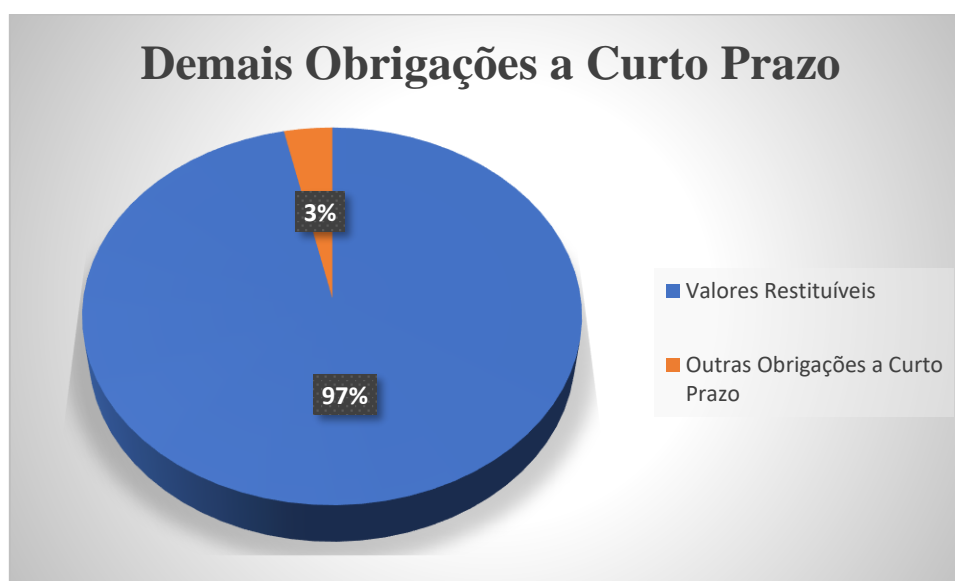


Gráfico 9

**NOTA 7 - DVP – VPA/Transferências e Delegações Recebidas**

ESPECIFICAÇÃO	2023	2022	AH	AV
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>	<b>123.978.258.092,12</b>	<b>49.434.028.454,88</b>	<b>150,80%</b>	<b>100,00%</b>
<b>Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria</b>	<b>72.200.880,40</b>	<b>61.474.619,91</b>	<b>17,45%</b>	<b>0,06%</b>
<b>Contribuições</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos</b>	<b>82.066.543,25</b>	<b>80.309.847,20</b>	<b>2,19%</b>	<b>0,07%</b>
<b>Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras</b>	<b>131.386,20</b>	<b>37.301,87</b>	<b>252,22%</b>	<b>0,00%</b>
Juros e Encargos de Mora	88.712,55	31.116,86	185,09%	0,00%
Variações Monetárias e Cambiais	42.673,65	6.185,01	589,95%	0,00%
<b>Transferências e Delegações Recebidas</b>	<b>123.292.661.701,64</b>	<b>49.024.514.871,51</b>	<b>151,49%</b>	<b>99,45%</b>
Transferências Intragovernamentais	123.261.699.417,04	49.009.139.699,24	151,51%	99,42%
Transferências Intergovernamentais	10,64	5,32	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	30.962.273,96	15.375.166,95	101,38%	0,02%
<b>Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorp. de Passivos</b>	<b>409.471.152,74</b>	<b>42.680.456,29</b>	<b>859,39%</b>	<b>0,33%</b>
Reavaliação de Ativos	297.237.760,15	21.127.879,01	1306,85%	0,24%
Ganhos com Alienação	0	0	-	0,01%
Ganhos com Incorporação de Ativos	8.912.627,02	4.697.599,50	513,00%	0,08%
Ganhos com Desincorporação de Passivos	103.320.765,57	16.854.977,78	-45,90%	0,10%
<b>Outras Variações Patrimoniais Aumentativas</b>	<b>121.726.427,89</b>	<b>225.011.358,10</b>	<b>-45,90%</b>	<b>0,10%</b>
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	0,00	404.113,47	-100,00%	0,00%
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	121.726.427,89	224.607.244,63	-45,80%	0,10%

Do quadro acima verifica-se que dentre o grupo de contas de Variações Patrimoniais Aumentativas - VPA, a conta que teve maior representatividade foi a de “Transferências e Delegações Recebidas”, a qual representa 99,45% do total.

A quase totalidade das Transferências e Delegações Recebidas advém de Transferências Intragovernamentais (99,97%), conforme demonstrado abaixo:

Especificação	2023	%
Transferências Intragovernamentais	123.261.699.417,04	99,97%
Transferências Intergovernamentais	10,64	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	30.962.273,96	0,03%
<b>Transferências e Delegações Recebidas</b>	<b>123.292.661.701,64</b>	<b>100,00%</b>

O total das Transferências Intragovernamentais, por seu turno, é composto por 64,34% de Sub-repasse Recebido, 32,452% de Cota Recebida e 3,21% relativos a outras transferências, conforme a seguir demonstrado:

Especificação	2023	%
Sub-Repasse Recebido	79.330.014.367,88	64,34%
Cota Recebida	40.008.141.089,12	32,45%
Outros	3.954.506.244,64	3,21%
<b>Transferências e Delegações Recebidas</b>	<b>123.292.661.701,64</b>	<b>100,00%</b>

Cabe ressaltar que a Justiça Federal recebe a Cota da STN, e repassa para as UGs intermediárias, que por seu turno, irão sub-repassar para as UGs executoras.

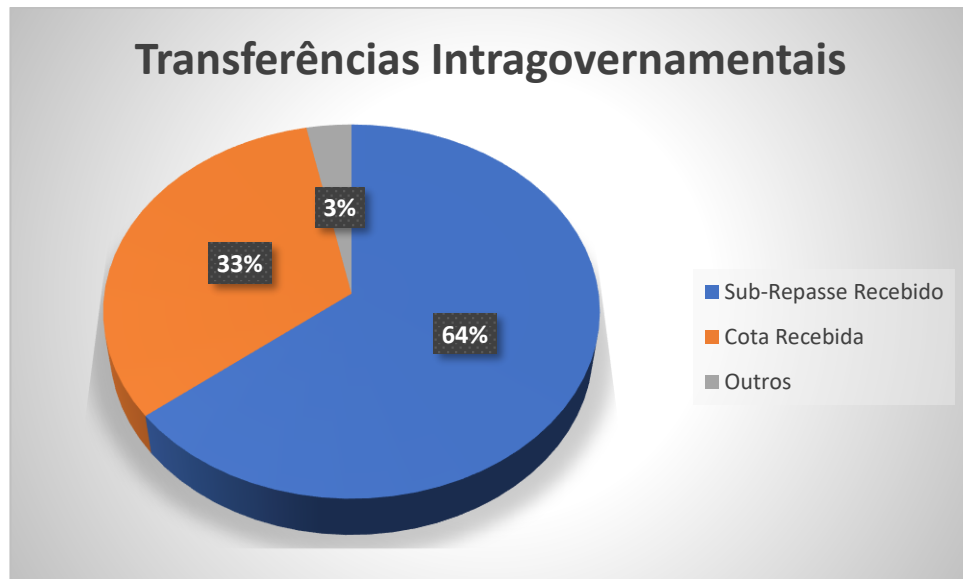


Gráfico 10

## **NOTA 8 – Ganhos com Desincorporação de Passivos**

No mês de julho foi efetivada, pelos TRFs da 4ª e 5ª regiões, a regularização de saldos na conta 464110100 (Ganhos com desincorporação de passivos) decorrentes da baixa de passivos de exercícios anteriores. Esses saldos eram oriundos, em sua maior parte, da utilização, no Siafi, de situações de contabilização inadequadas para baixa de passivos relativos a precatórios e Requisições de Pequeno Valor (RPV) apresentados em exercícios anteriores. Após orientação da Setorial Contábil, os ajustes feitos anteriormente, por aqueles Tribunais, foram cancelados e novos documentos, com situações de contabilização adequadas, foram gerados, logrando êxito na regularização dos saldos.

Os saldos regularizados no TRF4 foram da ordem de R\$ 56,06 milhões, enquanto no TRF5, foram de R\$ 46,31 milhões, totalizando R\$ 102,37 milhões.

Dessa forma, do saldo do final do 2º Trimestre de 2023, igual a R\$ 103,32 milhões, deve-se desconsiderar o valor total indicado no parágrafo anterior.

**NOTA 9 - DVP - VPA/Outras Variações Patrimoniais Aumentativas**

ESPECIFICAÇÃO	2023	2022	AH	AV
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>	<b>123.978.258.092,12</b>	<b>49.434.028.454,88</b>	<b>150,80%</b>	<b>100,00%</b>
<b>Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria</b>	<b>72.200.880,40</b>	<b>61.474.619,91</b>	<b>17,45%</b>	<b>0,06%</b>
<b>Contribuições</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos</b>	<b>82.066.543,25</b>	<b>80.309.847,20</b>	<b>2,19%</b>	<b>0,07%</b>
<b>Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras</b>	<b>131.386,20</b>	<b>37.301,87</b>	<b>252,22%</b>	<b>0,00%</b>
Juros e Encargos de Mora	88.712,55	31.116,86	185,09%	0,00%
Variações Monetárias e Cambiais	42.673,65	6.185,01	589,95%	0,00%
<b>Transferências e Delegações Recebidas</b>	<b>123.292.661.701,64</b>	<b>49.024.514.871,51</b>	<b>151,49%</b>	<b>99,45%</b>
Transferências Intragovernamentais	123.261.699.417,04	49.009.139.699,24	151,51%	99,42%
Transferências Intergovernamentais	10,64	5,32	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	30.962.273,96	15.375.166,95	101,38%	0,02%
<b>Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos</b>	<b>409.471.152,74</b>	<b>42.680.456,29</b>	<b>859,39%</b>	<b>0,33%</b>
Reavaliação de Ativos	297.237.760,15	21.127.879,01	1306,85%	0,24%
Ganhos com Alienação	0	0	-	0,01%
Ganhos com Incorporação de Ativos	8.912.627,02	4.697.599,50	513,00%	0,08%
Ganhos com Desincorporação de Passivos	103.320.765,57	16.854.977,78	-45,90%	0,10%
<b>Outras Variações Patrimoniais Aumentativas</b>	<b>121.726.427,89</b>	<b>225.011.358,10</b>	<b>-45,90%</b>	<b>0,10%</b>
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	0,00	404.113,47	-100,00%	0,00%
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	121.726.427,89	224.607.244,63	-45,80%	0,10%

Do grupo “Outras Variações Patrimoniais Aumentativas” o item “Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas” corresponde ao total:

<b>Outras Variações Patrimoniais Aumentativas</b>	<b>2023</b>	<b>%</b>
Varição Patrimonial Aumentativa a Classificar	0,00	0,00%
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	121.726.427,89	100,00%
<b>Total</b>	<b>121.726.427,89</b>	<b>100,00%</b>

O valor do item “Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas”, por sua vez, é composto majoritariamente por “Indenizações, Restituições e Ressarcimentos”, responsável por 84,37% dos lançamentos, ou R\$ 102,7 milhões, aproximadamente, conforme demonstrado a seguir:

<b>Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas</b>	<b>2023</b>	<b>%</b>
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	102.697.996,21	84,37%
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	12.563.007,93	10,32%
Fatos Geradores Diversos	6.465.423,75	5,31%
<b>Total</b>	<b>121.726.427,89</b>	<b>100,00%</b>



O valor de “Indenizações, Restituições e Ressarcimentos”, por Região, está demonstrado a seguir:

Restituições	2023	%
Conselho da Justiça Federal	969.359,45	0,94%
1ª Região	34.012.845,96	33,12%
2ª Região	5.632.568,10	5,48%
3ª Região	31.261.059,05	30,44%
4ª Região	3.571.373,53	3,48%
5ª Região	24.223.638,26	23,59%
6ª Região	3.027.151,86	2,95%
<b>Total</b>	<b>102.697.996,21</b>	<b>100,00%</b>

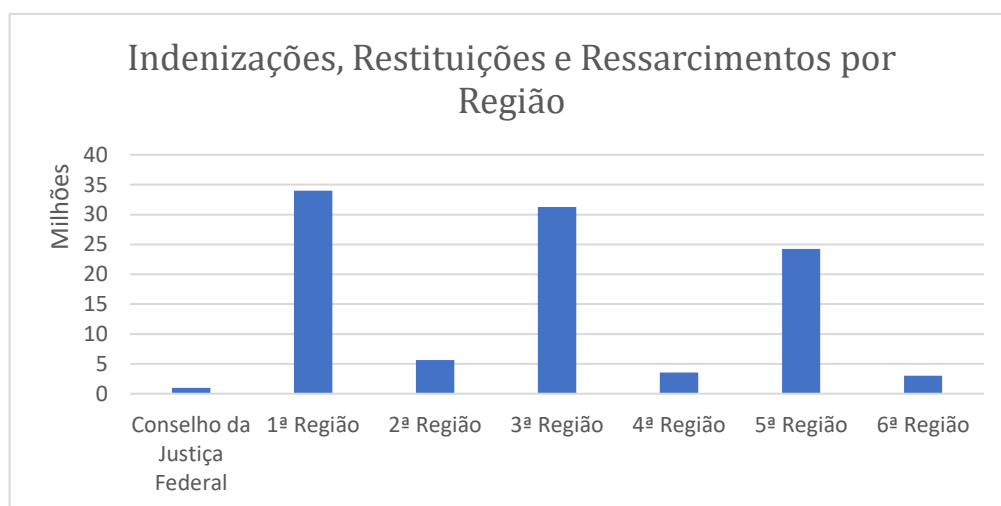


Gráfico 11

### NOTA 10 - DVP – VPD/Transferências e Delegações Concedidas

Especificação	2023	2022	AH	AV
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>	<b>122.189.992.435,80</b>	<b>47.603.632.782,97</b>	156,68%	<b>100,00%</b>
Pessoal e Encargos	4.845.409.365,78	4.612.788.565,63	5,04%	3,97%
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	1.112.105.121,18	1.017.856.301,61	9,26%	0,91%
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	785.762.456,77	555.838.581,25	41,37%	0,64%
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	73.739,94	23.360,81	215,66%	0,00%
<b>Transferências e Delegações Concedidas</b>	<b>82.243.654.144,49</b>	<b>32.584.917.568,18</b>	<b>152,40%</b>	<b>67,31%</b>
Transferências Intragovernamentais	82.226.646.129,43	32.581.386.914,19	152,37%	67,29%
Outras Transferências e Delegações Concedidas	17.008.015,06	3.530.653,99	381,72%	0,01%
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	33.175.767.895,52	8.822.139.979,92	276,05%	27,15%
Tributárias	25.392.373,81	6.903.343,53	267,83%	0,02%
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	1.827.338,31	3.165.082,04	-42,27%	0,00%

Dentre o grupo de contas de Variações Patrimoniais Diminutivas - VPD, a conta que teve maior representatividade foi a de “Transferências e Delegações Concedidas”, com 67,31% do total, conforme demonstrado no quadro anterior.

Do total de “Transferências e Delegações Concedidas” 99,98% são referentes a “Transferências Intragovernamentais” e 0,02% referentes a “Outras Transferências e Delegações Concedidas”.

Transferências e Delegações Concedidas	2023	%
Transferências Intragovernamentais	82.226.646.129,43	99,98%
Outras Transferências e Delegações Concedidas	17.008.015,06	0,02%
<b>Total</b>	<b>82.243.654.144,49</b>	<b>100,00%</b>

Os 99,98% de “Transferências Intragovernamentais” são compostos por 96,46% referentes a “Repass e Sub-repass Concedido” e 3,11% a “Transferências Concedidas para pagamento de Restos a Pagar”, conforme demonstrado no quadro a seguir (percentuais em relação ao total de “Transferências e Delegações Concedidas”):

Transferências e Delegações Concedidas	2023	%
Transferências Intragovernamentais	82.226.646.129,43	99,98%
Repass e Sub-Repass Concedido	79.335.484.844,25	96,46%
Transferências Conced. p/ Pagamento de RP	2.560.894.714,90	3,11%
Demais Transferências Intragovernamentais	330.266.570,28	0,40%
Outras Transferências e Delegações Concedidas	17.008.015,06	0,02%
<b>Total</b>	<b>82.243.654.144,49</b>	<b>100,00%</b>

Em relação somente ao total de Transferências Intragovernamentais, os Repasses e Sub-repasses concedidos correspondem a 96,48%, e as Transferências Concedidas para Pagamento de Restos a Pagar representam 3,11%, conforme a seguir demonstrado:

Transferências Intragovernamentais	2023	%
Sub-Repasso Concedido	79.335.484.844,25	96,48%
Transferências Concedidas para Pagamento de RP	2.560.894.714,90	3,11%
Demais Transferências	330.266.570,28	0,40%
<b>Total</b>	<b>82.226.646.129,43</b>	<b>100,00%</b>

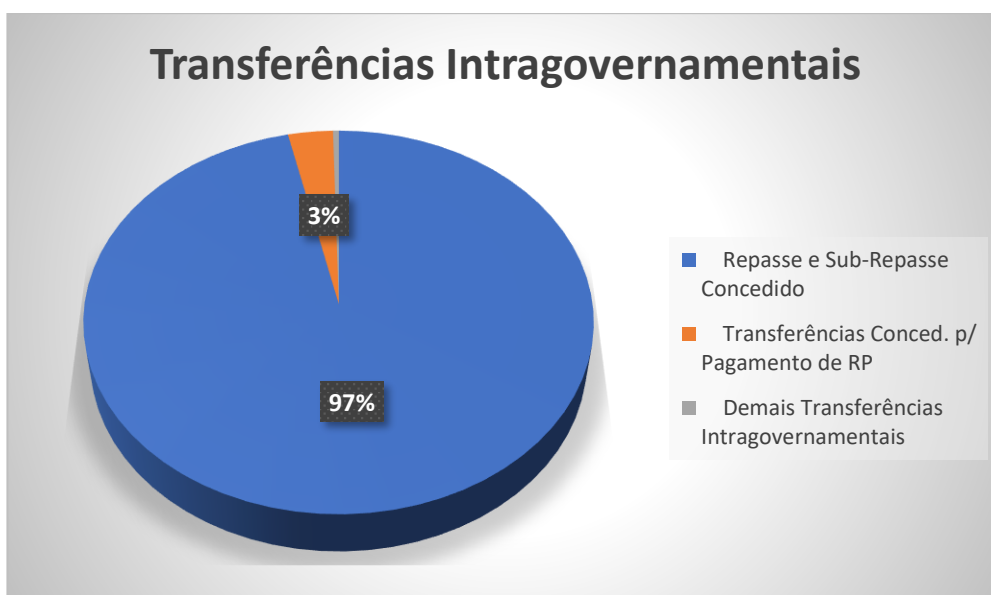


Gráfico 12

**NOTA 11 - DVP – VPD/Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos**

Especificação	2023	2022	AH	AV
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>	<b>122.189.992.435,80</b>	<b>47.603.632.782,97</b>	156,68%	<b>100,00%</b>
Pessoal e Encargos	4.845.409.365,78	4.612.788.565,63	5,04%	3,97%
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	1.112.105.121,18	1.017.856.301,61	9,26%	0,91%
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	785.762.456,77	555.838.581,25	41,37%	0,64%
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	73.739,94	23.360,81	215,66%	0,00%
Transferências e Delegações Concedidas	82.243.654.144,49	32.584.917.568,18	152,40%	67,31%
Transferências Intragovernamentais	82.226.646.129,43	32.581.386.914,19	152,37%	67,29%
Outras Transferências e Delegações Concedidas	17.008.015,06	3.530.653,99	381,72%	0,01%
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	33.175.767.895,52	8.822.139.979,92	276,05%	27,15%
Tributárias	25.392.373,81	6.903.343,53	267,83%	0,02%
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	1.827.338,31	3.165.082,04	-42,27%	0,00%

A conta “Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos”, que representa 27,15% do total das Variações Patrimoniais Diminutivas – VPD, é composta, em sua maioria por “Incorporação de Passivos” relativos à transferência de precatórios e RPVs das unidades devedoras para a Justiça Federal, a quem cabe a realização do pagamento. Essas incorporações de passivos representam 99,38% desse grupo., conforme abaixo:

Desvaloriz./Perda de Ativos e Incorp. de Passivos	2023	%
Incorporação de Passivos	32.969.349.273,00	99,38%
Reavaliação de Bens Imóveis	164.853.354,81	0,50%
Desincorporação de Ativos	40.973.000,94	0,12%
Perdas Involuntárias com Estoques	273.696,68	0,00%
Perdas Involuntárias de Bens Móveis	171.180,05	0,00%
Reavaliação de Bens Móveis	147.283,58	0,00%
Outras Perdas Involuntárias	106,46	0,00%
<b>Total</b>	<b>33.175.767.895,52</b>	<b>100,00%</b>

O valor da Incorporação de Passivos, por Região, está demonstrado a seguir:

Incorporação de Passivos por Região	2023	%
Conselho da Justiça Federal	7.974.405,84	0,02%
1ª Região	13.698.183.049,41	41,29%
2ª Região	3.355.124.042,10	10,11%
3ª Região	6.319.442.275,45	19,05%
4ª Região	5.456.374.500,01	16,45%
5ª Região	4.338.192.475,49	13,08%
6ª Região	477.147,22	0,00%
<b>Total</b>	<b>33.175.767.895,52</b>	<b>100,00%</b>

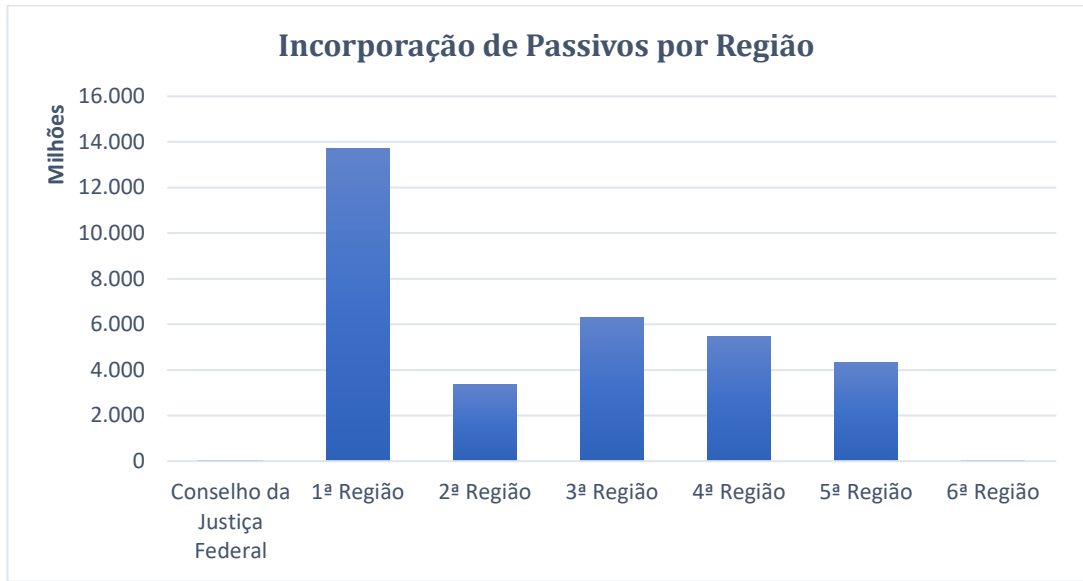


Gráfico 13

**NOTA 12 - BO - RECEITAS CORRENTES - Indenizações, Restituições e Ressarcimentos**

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
<b>RECEITAS CORRENTES</b>			<b>50.601.040,74</b>	<b>50.601.040,74</b>
Receitas Tributárias			50.540.407,48	50.540.407,48
Receitas de Contribuições				
Receita Patrimonial				
Receita Agropecuária				
Receita Industrial				
Receitas de Serviços				
Transferências Correntes			10,64	10,64
Outras Receitas Correntes			60.622,62	60.622,62
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais				
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos			60.622,62	60.622,62
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>				
Operações de Crédito				
Alienação de Bens				
Amortização de Empréstimos				
Transferências de Capital				
Outras Receitas de Capital				
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES				
<b>SUBTOTAL DE RECEITAS</b>			<b>50.601.040,74</b>	<b>50.601.040,74</b>
REFINANCIAMENTO				
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO</b>			<b>50.601.040,74</b>	<b>50.601.040,74</b>
<b>DEFICIT</b>			<b>42.807.215.427,90</b>	<b>42.807.215.427,90</b>
<b>TOTAL</b>			<b>42.857.816.468,64</b>	<b>42.857.816.468,64</b>

O cancelamento dos precatórios e RPV, em virtude da edição da Lei nº 13.463/17 gerou impacto no Balanço Orçamentário da Justiça Federal. Nesse contexto, o item “Outras Receitas Correntes - Indenizações, Restituições e Ressarcimentos”, alcançou, no 2º Trimestre de 2023, o valor de R\$ 60.622,62 de recursos arrecadados e registrados no BO por meio do Cód. Recolhimento de GRU nº 18898-0 - STN DEV.PRECATORIO CANCELADO - LEI 13.463/17 e 18899-0 - STN DEV.RPV CANCELADO - LEI 13.463/17.

Contudo, esse valor não representa a totalidade dos recursos arrecadados em função da lei, tendo em vista que a maior parte é registrada diretamente no patrimônio da Fazenda Nacional.

É importante frisar que em virtude da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 5755, de 30/06/2022, a partir da referida data não houve mais cancelamento de precatórios cujos valores não tenham sido sacados pelos credores no prazo de dois anos, conforme determinava o art. 2º da Lei nº 13.463, de 6 de julho de 2017.

Do total das Receitas Realizadas 99,63% são de origem “Tributária – Emolumentos e Custas Judiciais” e 0,37% derivadas de “Outras Receitas Correntes - Restituições de Sentenças Judiciais não Sacadas”, conforme demonstrado a seguir:

RECEITAS CORRENTES	RECEITAS REALIZADAS	%
Receitas Tributárias	50.540.407,48	99,88%
Receitas de Serviços		-
Transferências Correntes	10,64	-
Outras Receitas Correntes	60.622,62	0,12%
<b>Total</b>	<b>50.601.040,74</b>	<b>100,00%</b>

Outra forma de visualizar as “Receitas Correntes Realizadas” está demonstrada no quadro a seguir:

RECEITAS CORRENTES	RECEITAS REALIZADAS	%
Emolumentos e Custas Judiciais	50.540.407,48	99,88%
Restituições de Sentenças Judiciais não sacadas	60.633,26	0,12%
<b>TOTAL</b>	<b>50.601.040,74</b>	<b>100,00%</b>

A distribuição dos valores de “Receitas Tributárias Realizadas – Emolumentos e Custas Judiciais”, por Região, estão apresentados no quadro a seguir:

Receitas Tributárias - Emolumentos e Custas Judiciais	2023	%
1ª Região	11.137.383,68	22,04%
2ª Região	6.465.281,50	12,79%
3ª Região	14.287.908,56	28,27%
4ª Região	11.556.746,62	22,87%
5ª Região	3.809.634,08	7,54%
6ª Região	3.283.453,04	6,50%
<b>Total</b>	<b>50.540.407,48</b>	<b>100,00%</b>

### NOTA 13 - BO – DESPESAS CORRENTES

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	SALDO DA DOTAÇÃO	% DE EMPENHO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>15.044.541.462,00</b>	<b>42.427.097.357,44</b>	<b>(27.382.555.895,44)</b>	<b>282,01%</b>
Pessoal e Encargos Sociais	12.276.672.991,00	12.241.713.114,64	34.959.876,36	99,72%
Outras Despesas Correntes	2.767.868.471,00	30.185.384.242,80	(27.417.515.771,80)	1.090,56%
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>433.019.181,00</b>	<b>430.719.111,20</b>	<b>2.300.069,80</b>	<b>99,47%</b>
Investimentos	417.392.312,00	93.522.951,11	323.869.360,89	22,41%
Inversões Financeiras	15.626.869,00	337.196.160,09	(321.569.291,09)	2.157,80%
<b>TOTAL</b>	<b>15.477.560.643,00</b>	<b>42.857.816.468,64</b>	<b>(27.380.255.825,64)</b>	<b>276,90%</b>

Em primeira análise, a execução das despesas correntes apresenta o percentual de 282,01% das despesas fixadas pela Lei Orçamentária Anual - LOA (dotação). No entanto, dentro deste percentual, consta a execução de Precatórios e RPVs, nas unidades da Justiça Federal, com dotação proveniente de outras unidades orçamentárias da União.

O grupo “Pessoal e Encargos” contém despesas empenhadas no valor de R\$ 4.422.189.370,54 referente à execução de precatórios e RPVs.

O saldo da dotação de “Outras Despesas Correntes” encontra-se negativo em razão da execução de outras unidades orçamentárias, em sua maioria de precatórios e RPVs, no valor de R\$ 28.359.176.724,60, sem o respectivo destaque recebido.

O saldo da dotação de “Inversões Financeiras” contém despesas empenhadas no valor de R\$ 337.196.160,09, referente à execução de precatórios e RPVs.

Assim, caso desconsideremos esses valores, as despesas são ajustadas para o patamar abaixo:

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	SALDO DA DOTAÇÃO	% DE EMPENHO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>15.044.541.462,00</b>	<b>9.645.731.262,30</b>	<b>5.398.810.199,70</b>	<b>64,11%</b>
Pessoal e Encargos Sociais	12.276.672.991,00	7.819.523.744,10	4.457.149.246,90	63,69%
Outras Despesas Correntes	2.767.868.471,00	1.826.207.518,20	941.660.952,80	65,98%
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>433.019.181,00</b>	<b>93.522.951,11</b>	<b>339.496.229,89</b>	<b>21,60%</b>
Investimentos	417.392.312,00	93.522.951,11	323.869.360,89	22,41%
Inversões Financeiras	15.626.869,00	0,00	15.626.869,00	0,00%
<b>TOTAL</b>	<b>15.477.560.643,00</b>	<b>9.739.254.213,41</b>	<b>5.738.306.429,59</b>	<b>62,92%</b>



### NOTA 14 - BF - INGRESSOS - Transferências Financeiras Recebidas - Resultantes da Execução Orçamentária

INGRESSOS				
ESPECIFICAÇÃO	2023	2022	AH	AV
<b>Transferências Financeiras Recebidas</b>	<b>123.261.699.417,04</b>	<b>49.009.139.699,24</b>	<b>151,51%</b>	<b>95,24%</b>
<b>Resultantes da Execução Orçamentária</b>	<b>119.353.558.527,67</b>	<b>45.731.392.705,86</b>	<b>160,99%</b>	<b>92,22%</b>
Cota Recebida	40.008.141.089,12	15.572.029.891,53	156,92%	30,91%
Repasso Recebido	1.167.756,54	844.876,64	38,22%	0,00%
Sub-repasso Recebido	79.330.014.367,88	30.158.302.624,95	163,05%	61,30%
Sub-repasso Devolvido	14.235.314,13	215.312,74	6511,46%	0,01%
<b>TOTAL DE INGRESSOS</b>	<b>129.422.436.551,44</b>	<b>54.045.858.293,71</b>	<b>139,47%</b>	<b>100,00%</b>

Por meio da análise vertical do Balanço Financeiro (BF) é possível identificar que as “Transferências Financeiras Recebidas” representam a maior parte dos ingressos apurados, correspondentes a 95,24%. É composta, principalmente, pelo movimento das contas de “Cotas Recebidas” e “Sub-repasso Recebido”, conforme demonstrado a seguir:

Resultantes da Execução Orçamentária	2023	%
Cota Recebida	40.008.141.089,12	33,5%
Repasso Recebido	1.167.756,54	0,0%
Sub-repasso Recebido	79.330.014.367,88	66,5%
Sub-repasso Devolvido	14.235.314,13	0,0%
<b>Total</b>	<b>119.353.558.527,67</b>	<b>100,00%</b>

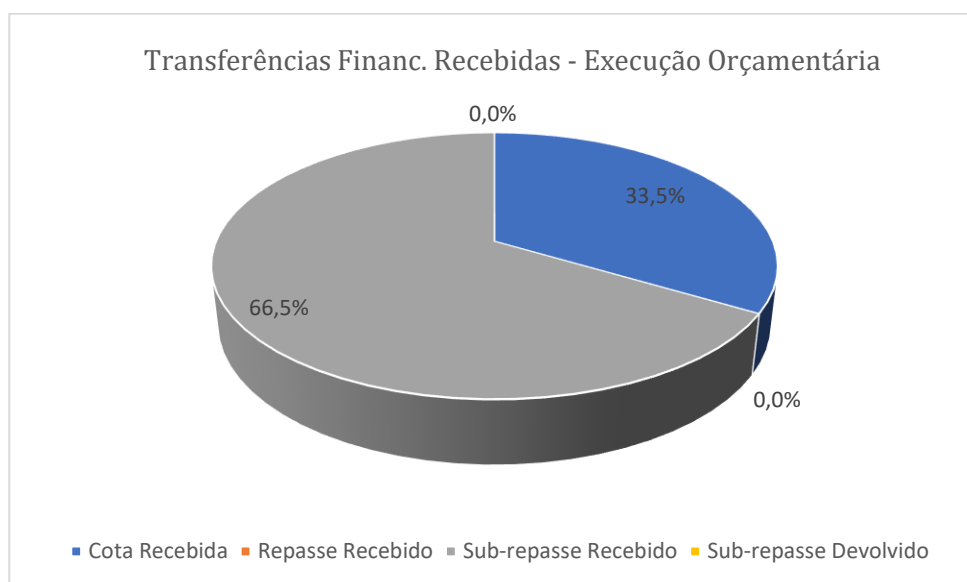


Gráfico 14

A variação de ambas é resultado da movimentação financeira necessária ao pagamento de precatórios e de RPV.

**NOTA 15 – BF – Transferências Financeiras Recebidas e Concedidas, Independentes da Execução Orçamentária**

INGRESSOS				
ESPECIFICAÇÃO	2023	2022	AH	AV
<b>Transferências Financeiras Recebidas</b>	<b>123.261.699.417,04</b>	<b>49.009.139.699,24</b>	151,51%	<b>95,24%</b>
<b>Independentes da Execução Orçamentária</b>	<b>3.908.140.889,37</b>	<b>3.277.746.993,38</b>	19,23%	3,02%
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	3.895.109.612,91	2.665.467.122,59	46,13%	3,01%
Demais Transferências Recebidas	4.072.418,73	580.462.830,43	-99,30%	0,00%
Movimentação de Saldos Patrimoniais	8.958.857,73	31.817.040,36	-71,84%	0,01%
<b>TOTAL DE INGRESSOS</b>	<b>129.422.436.551,44</b>	<b>54.045.858.293,71</b>	<b>139,47%</b>	<b>100,00%</b>

DISPÊNDIOS				
ESPECIFICAÇÃO	2023	2022	AH	AV
<b>Transferências Financeiras Concedidas</b>	<b>82.226.646.129,43</b>	<b>32.581.386.914,19</b>	152,37%	<b>63,53%</b>
<b>Independentes da Execução Orçamentária</b>	<b>2.847.696.303,29</b>	<b>2.305.155.700,90</b>	23,54%	2,20%
Transferências Concedidas para Pagamento de RP	2.560.894.714,90	1.907.453.253,73	34,26%	1,98%
Demais Transferências Concedidas	2.923.139,42	3.212.087,58	-9,00%	0,00%
Movimento de Saldos Patrimoniais	283.878.448,97	394.490.359,59	-28,04%	0,22%
<b>TOTAL DE DISPÊNDIOS</b>	<b>129.422.436.551,44</b>	<b>54.045.858.293,71</b>	<b>139,47%</b>	<b>100,00%</b>

Os valores relativos às Transferências Recebidas e Concedidas para Pagamento de Restos a Pagar são, em sua maioria, relacionados às movimentações financeiras necessárias para o pagamento de Precatórios e RPVs.

No entanto, ressalta-se que o processo de pagamento de tais obrigações exige que os recursos financeiros transitem por diversas unidades da Justiça Federal até chegar às chamadas UGs de Precatórios, que efetuarão os pagamentos. Com isso, tais movimentações geram registros contábeis de transferências recebidas/concedidas a cada vez que transitam pelas unidades, acarretando, dessa forma, valor expressivo na conta consolidada do Órgão.

**NOTA 16 - BF - INGRESSOS - Recebimentos Extraorçamentários – Arrecadação de Outra Unidade**

INGRESSOS				
ESPECIFICAÇÃO	2023	2022	AH	AV
<b>Recebimentos Extraorçamentários</b>	<b>4.010.210.638,41</b>	<b>3.118.377.798,05</b>	<b>28,60%</b>	<b>3,10%</b>
Outros Recebimentos Extraorçamentários	224.013.963,70	282.249.577,74	-20,63%	0,17%
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagto	706.484,36	571.596,45	23,60%	0,00%
Restituições a Pagar	44.799,19	6.269,26	614,58%	0,00%
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	10.565,77	547,99	1828,10%	0,00%
Arrecadação de Outra Unidade	223.252.114,38	281.557.359,32	-20,71%	0,17%
Valores para Compensação		113.804,72	-	-
<b>TOTAL DE INGRESSOS</b>	<b>129.422.436.551,44</b>	<b>54.045.858.293,71</b>	<b>139,47%</b>	<b>100,00%</b>

INGRESSOS		
Outros Recebimentos Extraorçamentários	2023	AV
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	706.484,36	0,32%
Restituições a Pagar	44.799,19	-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	10.565,77	0,00%
Arrecadação de Outra Unidade	223.252.114,38	99,66%
Valores para Compensação		-
<b>Total</b>	<b>224.013.963,70</b>	<b>100,00%</b>

Dentre os grupos que compõem os “Outros Recebimentos Extraorçamentários”, cabe analisar os registros que integram o saldo de “Arrecadação de Outra Unidade”. Essa conta representa o montante financeiro arrecadado pela Justiça Federal, pertencente à receita orçamentária de outras unidades. No 2º Trimestre de 2023 a “Arrecadação de Outra Unidade” alcançou o valor total de R\$ 223.252.114,38 distribuído pelas seguintes Naturezas de Receita:

Arrecadação de Outra Unidade por Natureza de Receita	2023	%
Convênio Depósitos Judiciais	81.019.908,61	36,29%
Restit. Exercícios Anteriores	75.000.000,00	33,59%
Outras Receitas	24.722.594,29	11,07%
Emolumentos e Custas	21.660.115,57	9,70%
Ressarcimento de Custos	19.039.724,05	8,53%
Restit. Sentenças não Sacadas	1.830.080,00	0,82%
<b>Total</b>	<b>223.272.422,52</b>	<b>100,00%</b>

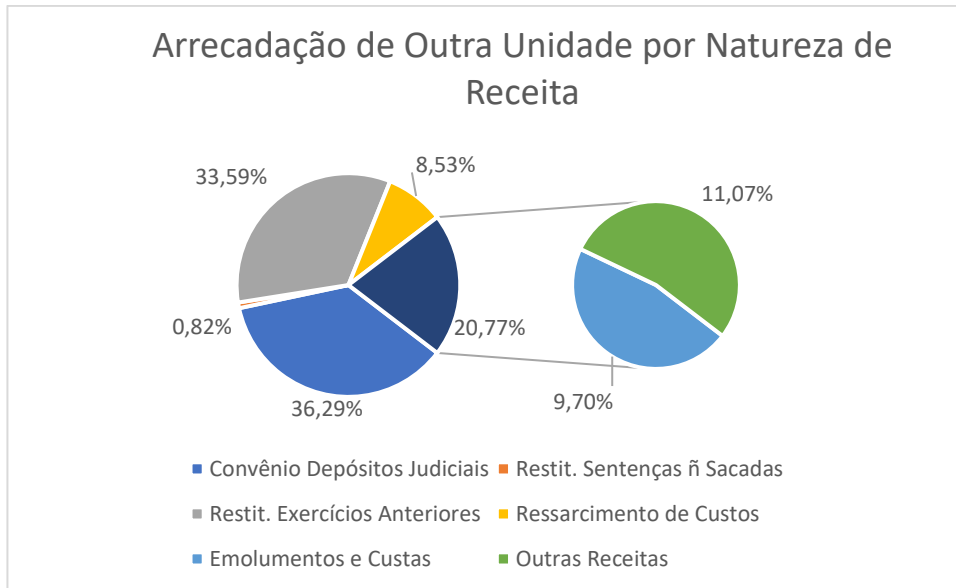


Gráfico 15

Ressalta-se que os valores registrados como “Arrecadação de Outra Unidade” correspondem à arrecadação realizada por nossas unidades na fonte 000 - Recursos Livres da União, a qual é registrada como receita realizada diretamente na Fazenda Nacional

O quadro abaixo demonstra a composição do saldo da conta “Controle de Arrecadação na Unidade Arrecadadora” por fonte de recursos, conforme demonstrado a seguir:

Controle da Arrec. na Unidade Arrecadadora por Fonte	2023	%
Recursos Livres da União	223.252.114,38	81,52%
Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça	50.540.407,48	18,46%
Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	48.498,12	0,02%
Programa de Proteção às Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte	12.124,50	0,00%
Convênios	10,64	0,00%
<b>Total Geral</b>	<b>273.853.155,12</b>	<b>100,00%</b>

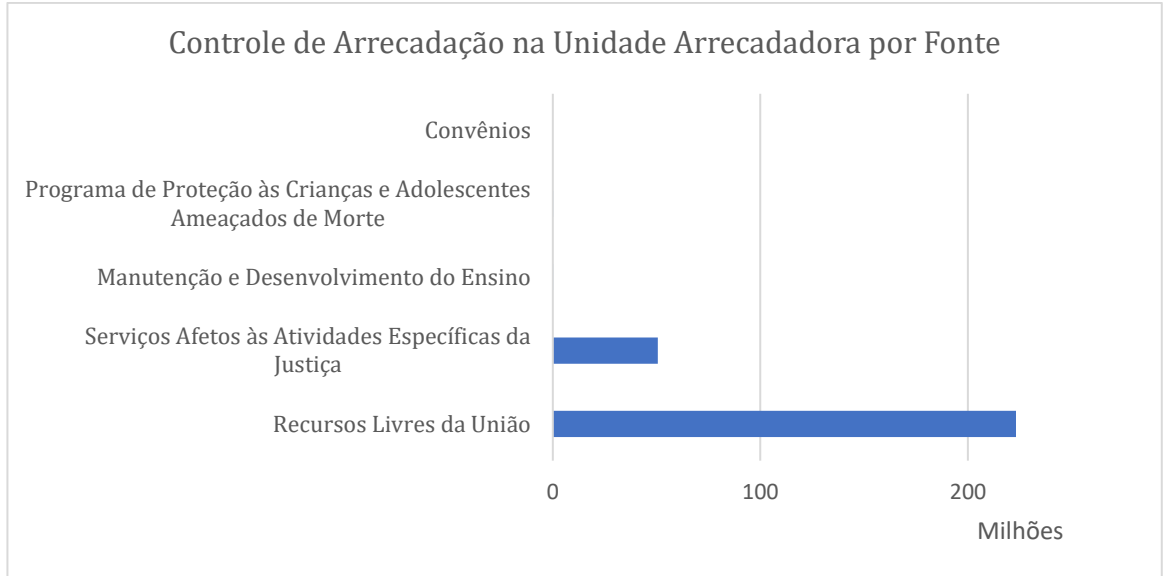


Gráfico 16

**NOTA 17 - BF - DISPÊNDIOS – Despesas Orçamentárias – Vinculadas**

DISPÊNDIOS				
ESPECIFICAÇÃO	2023	2022	AH	AV
<b>Despesas Orçamentárias</b>	<b>42.857.816.468,64</b>	<b>17.456.631.615,66</b>	<b>145,51%</b>	<b>33,11%</b>
Ordinárias	26.177.451.854,06	8.712.430.994,78	200,46%	20,23%
Vinculadas	16.680.364.614,58	8.744.200.620,88	90,76%	12,89%
Seguridade Social (Exceto Previdência)	15.093.619.096,54	7.451.563.604,54	102,56%	11,66%
Previdência Social (RPPS)	1.463.490.280,54	1.185.214.858,12	23,48%	1,13%
Outros Rec. Vinc. a Fundos, Órgãos e Programas	123.255.237,50	107.422.158,22	14,74%	0,10%
<b>TOTAL</b>	<b>129.422.436.551,44</b>	<b>54.045.858.293,71</b>	<b>139,47%</b>	<b>100,00%</b>

Despesas Orçamentárias Vinculadas	2023	%
Seguridade Social (Exceto Previdência)	15.093.619.096,54	90,49%
Previdência Social (RPPS)	1.463.490.280,54	8,77%
Outros Rec. Vinc. a Fundos, Órgãos e Programas	123.255.237,50	0,74%
<b>TOTAL</b>	<b>16.680.364.614,58</b>	<b>100,00%</b>

Dentre as despesas Orçamentárias vinculadas, que nesse 2º Trimestre de 2023 apresentou saldo de R\$ 16.680.364.614,58, cabe destacar o item denominado "Seguridade Social (Exceto Previdência)", formado pelas fontes de recursos 001 – Recursos Livres da Seguridade Social e fonte 002 – Atividades-fim da Seguridade Social, conforme abaixo:

Seguridade Social (Exceto Previdência) - por Fonte de Recursos	2023	%
001 - Recursos Livres da Seguridade Social	5.410.872,00	0,04%
002 - Atividades-Fim da Seguridade Social	15.088.208.224,54	99,96%
<b>Total Seguridade Social (Exceto Previdência)</b>	<b>15.093.619.096,54</b>	<b>100,00%</b>

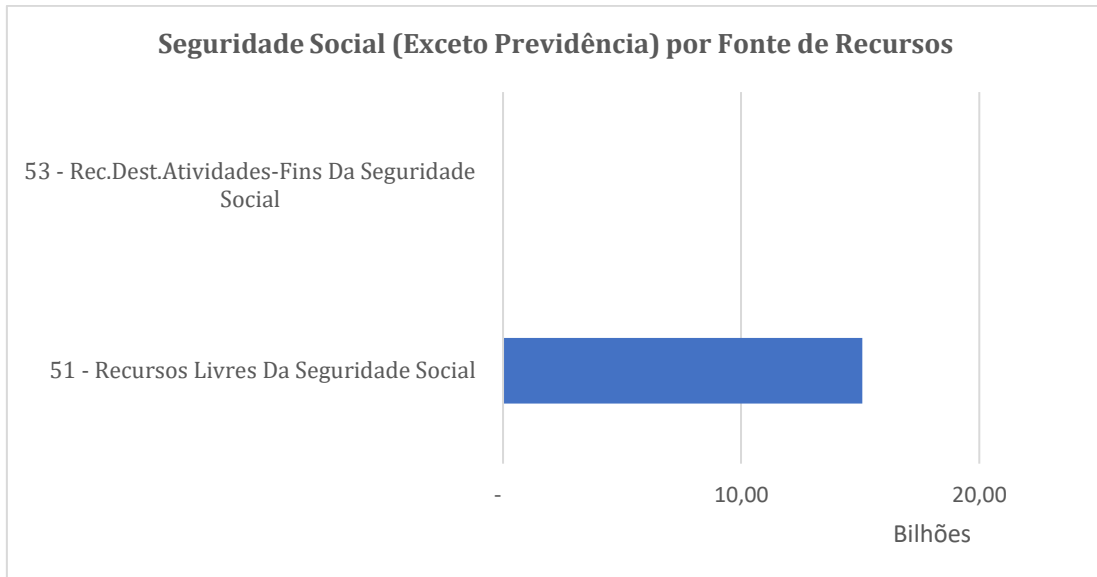


Gráfico 17

**NOTA 18- BF - DISPÊNDIOS - Transferências Financeiras Concedidas – Resultantes da Execução Orçamentária**

DISPÊNDIOS				
ESPECIFICAÇÃO	2023	2022	AH	AV
<b>Transferências Financeiras Concedidas</b>	<b>82.226.646.129,43</b>	<b>32.581.386.914,19</b>	<b>152,37%</b>	<b>63,53%</b>
Resultantes da Execução Orçamentária	79.378.949.826,14	30.276.231.213,29	162,18%	61,33%
Repasso Concedido	5.470.476,37	5.445.939,04	0,45%	0,00%
Sub-repasso Concedido	79.330.014.367,88	30.158.302.624,95	163,05%	61,30%
Cota Devolvida	29.229.667,76	112.267.336,56	-73,96%	0,02%
Sub-repasso Devolvido	14.235.314,13	215.312,74	6511,46%	0,01%
<b>TOTAL DE DISPÊNDIOS</b>	<b>129.422.436.551,44</b>	<b>54.045.858.293,71</b>	<b>139,47%</b>	<b>100,00%</b>

Por meio da análise vertical do Balanço Financeiro (BF) verifica-se que as “Transferências Financeiras Concedidas – Resultantes da Execução Orçamentária” representaram, no 2º Trimestre de 2023, 61,33%.

O grupo de contas “Transferências Financeiras Concedidas – Resultantes da Execução Orçamentária” reflete o movimento financeiro necessário ao pagamento de precatórios e RPV, sendo composto, majoritariamente pelo movimento das contas de “Sub-repasso Concedido” (99,94%).

Transf. Financ. Conced. Result. Exec. Orç.	2023	%
Repasso Concedido	5.470.476,37	0,01%
Sub-repasso Concedido	79.330.014.367,88	99,94%
Cota Devolvida	29.229.667,76	0,04%
Sub-repasso Devolvido	14.235.314,13	0,02%
<b>Total</b>	<b>79.378.949.826,14</b>	<b>100,00%</b>



## NOTA 19 – DFC – Fluxos de Caixa - por Atividade

Geração Líquida e Equivalentes de Caixa - Por atividades	2023	2022	AH
Fluxo de caixa das atividades operacionais	836.002.705,68	939.993.392,35	-11,06%
Fluxo de caixa das atividades de investimento	-442.313.657,96	-74.696.991,50	492,14%
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	-	-	-
<b>Total</b>	<b>393.689.047,72</b>	<b>865.296.400,85</b>	<b>-54,50%</b>

As atividades operacionais compreendem as entradas e saídas de caixa, isto é, os ingressos de recursos decorrentes da arrecadação de receitas orçamentárias, extraorçamentárias e desembolsos efetuados tanto para pagamento de despesas orçamentárias quanto extraorçamentárias da Justiça Federal.

O fluxo de caixa das atividades operacionais do 2º Trimestre de 2023 foi 11,06% menor que o do mesmo período do exercício de 2022. Houve um aumento de R\$ 74.341.669.156,10 nos desembolsos, e os ingressos aumentaram em R\$ 74.237.678.469,43, resultando em uma diminuição do fluxo de caixa das atividades operacionais no valor de R\$ 103.990.686,67.

O aumento dos ingressos ocorreu basicamente em função das “Transferências Financeiras Recebidas”, que responde por 99,52% do total dos ingressos, num montante correspondente a R\$ 123.261.699.417,04, conforme demonstrado a seguir:

Especificação	2023	2022	AH	AV
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>836.002.705,68</b>	<b>939.993.392,35</b>	<b>-11,06%</b>	
<b>INGRESSOS</b>	<b>123.857.850.356,83</b>	<b>49.620.171.887,40</b>	149,61%	<b>100,00%</b>
<b>Receita Tributária</b>	50.540.407,48	43.033.359,79	<b>17,44%</b>	0,04%
<b>Receita de Serviços</b>		42.688,00	-100,00%	
<b>Outras Receitas Derivadas e Originárias</b>	60.622,62	36.631.771,13	<b>-99,83%</b>	0,00%
<b>Transferências Recebidas</b>	10,64	5,32	100,00%	0,00%
Intragovernamentais	10,64			
Outras Transferências Recebidas		5,32		0,00%
<b>Outros Ingressos Operacionais</b>	<b>123.807.249.316,09</b>	<b>49.540.464.063,16</b>	149,91%	99,96%
Ingressos Extraorçamentários	322.242.419,71	249.646.382,63	29,08%	0,26%
Restituições a Pagar	44.799,19	6.269,26	614,58%	
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	10.565,77	547,99	1828,10%	0,00%
Transferências Financeiras Recebidas	123.261.699.417,04	49.009.139.699,24	151,51%	99,52%
Arrecadação de Outra Unidade	223.252.114,38	281.557.359,32	-20,71%	0,18%
Valores para Compensação		113.804,72		-

Especificação	2023	2022	AH	AV
<b>DESEMBOLSOS</b>	<b>123.021.847.651,15</b>	<b>-48.680.178.495,05</b>	<b>152,71%</b>	<b>100,00%</b>
<b>Pessoal e Demais Despesas</b>	<b>-39.646.092.846,11</b>	<b>-15.114.790.175,86</b>	<b>162,30%</b>	<b>32,23%</b>
Judiciário	-4.723.379.948,44	-4.387.630.636,59	7,65%	3,84%
Essencial à Justiça	-154.017,96	-114.992,83	33,94%	0,00%
Administração	-4.742,04	-7.897,96	-39,96%	0,00%
Previdência Social	-1.064.479.329,45	-988.863.200,04	7,65%	0,87%
Encargos Especiais	-33.858.781.292,58	-9.738.745.044,89	247,67%	27,52%
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	706.484,36	571.596,45	23,60%	0,00%
<b>Transferências Concedidas</b>	<b>-769.845.821,63</b>	<b>-731.853.292,71</b>	<b>5,19%</b>	<b>0,63%</b>
Intergovernamentais	-	-	-	-
Intragovernamentais	-769.845.821,63	-731.853.292,71	5,19%	0,63%
Outras Transferências Concedidas	-	-	-	-
<b>Outros Desembolsos Operacionais</b>	<b>-82.605.908.983,41</b>	<b>-32.833.535.026,48</b>	<b>151,59%</b>	<b>67,15%</b>
Dispêndios Extraorçamentários	-379.210.939,72	-252.146.466,50	50,39%	0,31%
Transferências Financeiras Concedidas	-82.226.646.129,43	-32.581.386.914,19	152,37%	66,84%
Valores Compensados	-48.180,21	-	-	0,00%
Demais Pagamentos	-3.734,05	-1.645,79	126,88%	0,00%

Especificação	2023	2022	AH	AV
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>- 442.313.657,96</b>	<b>- 74.696.991,50</b>	<b>492,14%</b>	
<b>DESEMBOLSOS</b>	<b>-442.313.657,96</b>	<b>-74.696.991,50</b>	<b>492,14%</b>	<b>100,00%</b>
<b>Aquisição de Ativo Não Circulante</b>	<b>-89.574.768,51</b>	<b>-65.002.390,86</b>	<b>37,80%</b>	<b>20,25%</b>
Outros Desembolsos de Investimentos	-352.738.889,45	-9.694.600,64	3538,51%	79,75%

Dos desembolsos, as despesas orçamentárias são apresentadas na DFC por função de governo, e não por elemento de despesa (categoria de gasto), conforme classificação orçamentária instituída pelo Ministério da Fazenda.

Dos recursos financeiros recebidos para pagamento das despesas orçamentárias do exercício, R\$ 39,6 bilhões (32,23%) se referem a “Pessoal e Demais Despesas”; R\$ 769,8 milhões (0,63%) a “Transferências Concedidas; e, R\$ 82,6 bilhões (67,15%) se referem a “Outros Desembolsos Operacionais”.

No 2º Trimestre de 2023 os desembolsos das atividades operacionais referentes à despesa orçamentária “Pessoal e Demais Despesas”, na função “Judiciário”, totalizaram R\$ 4,723 bilhões, correspondendo a 3,84% do total de desembolso. O maior item de desembolso com “Pessoal”, entretanto, refere-se a “Encargos especiais”, no percentual de 27,52%, correspondendo a R\$ 33,9 bilhões.

Especificação	2023	AV
<b>DESEMBOLSOS</b>	<b>-123.021.847.651,15</b>	<b>100,00%</b>
<b>Pessoal e Demais Despesas</b>	<b>-39.646.092.846,11</b>	<b>32,23%</b>
Judiciário	-4.723.379.948,44	3,84%
Essencial à Justiça	-154.017,96	0,00%
Administração	-4.742,04	0,00%
Previdência Social	-1.064.479.329,45	0,87%
Encargos Especiais	-33.858.781.292,58	27,52%
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	706.484,36	0,00%
<b>Transferências Concedidas</b>	<b>-769.845.821,63</b>	<b>0,63%</b>
Intergovernamentais	-	-
Intragovernamentais	-769.845.821,63	0,63%
Outras Transferências Concedidas	-	-
<b>Outros Desembolsos Operacionais</b>	<b>-82.605.908.983,41</b>	<b>67,15%</b>
Dispêndios Extraorçamentários	-379.210.939,72	0,31%
Transferências Financeiras Concedidas	-82.226.646.129,43	66,84%
Valores Compensados	-48.180,21	0,00%
Demais Pagamentos	-3.734,05	0,00%

O valor mais significativo do total de desembolsos, correspondendo 66,84% do total, refere-se ao item “Transferências Financeiras Concedidas”, necessárias ao pagamento de precatórios e RPV (R\$ 82,2 bilhões).

Especificação	2023	AV
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>- 442.313.657,96</b>	
<b>DESEMBOLSOS</b>	<b>-442.313.657,96</b>	<b>100,00%</b>
Aquisição de Ativo Não Circulante	-89.574.768,51	20,25%
Outros Desembolsos de Investimentos	-352.738.889,45	79,75%

As atividades de Investimentos estão relacionadas às receitas e despesas de capital, distinguindo-se daquelas destinadas à manutenção das atividades administrativas e operacionais do órgão. Não houve ingressos de Investimentos, apenas desembolsos, os quais compreendem as despesas referentes à aquisição de ativos não circulantes (20,25%) e outros desembolsos de investimento (79,75%). Após análise da DFC, em relação ao fluxo de caixa de investimentos, verifica-se que não houve ingressos e que houve desembolsos aproximadamente R\$ 442 milhões, resultando num fluxo deficitário na mesma ordem.

## NOTA 20 - DFC - Geração Líquida e Equivalente de Caixa

Resultado Financeiro BF X DFC	2023	2022	AH
Caixa e equivalente de caixa inicial	2.099.925.455,25	1.838.632.972,18	14,21%
Caixa e equivalente de caixa final	2.493.614.502,97	2.703.929.373,03	-7,78%
<b>Geração líquida e equivalente de caixa</b>	<b>393.689.047,72</b>	<b>865.296.400,85</b>	<b>-54,50%</b>

Em função da adoção do princípio da unidade de caixa (Conta Única), a Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa da DFC corresponde ao resultado financeiro apurado no BF. Portanto, ao término do 2º Trimestre de 2023 a Geração Líquida de Caixa foi positiva em R\$ 393.689.047,72, apresentando uma redução de 54,50% em comparação ao mesmo período de 2022.

## Referências

### Legislação:

Lei 4.320/1964:

[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l4320.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm)

Lei nº 13.463/2017:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/L13463.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13463.htm)

### Publicações:

BRASIL. STN (Secretaria do Tesouro Nacional). Manual de contabilidade aplicada ao setor público - MCASP, 9ª edição. Disponível em:

<https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/manual-de-contabilidade-aplicada-ao-setor-publico-mcasp/2021/26>

### Sites:

<https://manuais.tesouro.gov.br/siafi>

<https://siafi.tesouro.gov.br/>

<https://tesourogerencial.tesouro.gov.br/>

<https://www.conjur.com.br/2014-jan-26/segunda-leitura-breve-balanco-historia-justica-federal-brasil>

<https://www.cjf.jus.br/cjf/>

[https://pt.wikipedia.org/wiki/Conselho\\_da\\_Justi%C3%A7a\\_Federal](https://pt.wikipedia.org/wiki/Conselho_da_Justi%C3%A7a_Federal)

<https://www.youtube.com/watch?v=IblpAwmbV5c>

<https://www.youtube.com/watch?v=RFk53gUv1zA>

<https://www.youtube.com/watch?v=k0kZzA0svOM>

<https://www.youtube.com/watch?v=ts19iucCfkA>